

*Shyam Sunder*

TEORIA DA  
CONTABILIDADE  
E DO CONTROLE

atlas

*Teoria da*  
Contabilidade  
e do Controle

Para alguns livros é disponibilizado Material  
Complementar e/ou de Apoio no site da editora.  
Verifique se há material disponível para este livro em

[atlas.com.br](http://atlas.com.br)

SHYAM SUNDER

# *Teoria da* Contabilidade e do Controle

**Tradutores**

*Andson Braga de Aguiar*

*Bianca Quirantes Checon*

*Claudio Soerger Zaro*

*Eduardo da Silva Flores*

*Rudah Giasson Luccas*

*Samir Sayed*

*Silvia Pereira de Castro Casanova*

*Talles Vianna Brugni*

*Verônica de Fátima Santana*

**Revisor Técnico**

*Andson Braga de Aguiar*

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Traduzido para o português de:  
*Theory of accounting and control*  
© 2014 by Shyam Sunder



Capa: Leonardo Hermano  
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Sunder, Shyam  
Teoria da contabilidade e do controle / Shyam Sunder; revisor técnico  
Andson Braga de Aguiar. -- São Paulo: Atlas, 2014.

Título original: *Theory of accounting and control*.  
Vários tradutores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-224-9107-0  
ISBN 978-85-224-9193-3 (PDF)

1. Contabilidade gerencial I. Título.

14-04879  
CDD-658.1511

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Contabilidade gerencial : Empresas : Administração  
financeira 658.1511

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total  
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos  
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

*Para Yuji Ijiri e Robert S. Kaplan*



“Onde encontraremos uma forma de associação que irá defender e proteger com total força comum a pessoa e a propriedade de cada associado, e pela qual cada pessoa, ao unir-se ao todo, obedecerá somente a si mesma e permanecerá tão livre quanto era antes?”

J.-J. Rousseau, *O contrato social*



# Sumário

*Prefácio*, xiii

## **Parte I – TEORIA CONTRATUAL DA FIRMA, 1**

### **1 Introdução à Teoria da Contabilidade e do Controle, 3**

As organizações como um conjunto de contratos, 3

Fatores compartilhados para a resolução de conflitos, 4

O controle nas organizações como balanceamento e equilíbrio, 5

A microteoria da contabilidade e do controle, 7

A macroteoria da contabilidade e do controle, 9

*Resumo*, 11

*Notas*, 11

*Exercícios e problemas*, 12

### **2 A Contabilidade e o Modelo Contratual da Firma, 14**

A firma como um conjunto de contratos, 15

A contabilidade e a firma, 21

A correspondência entre as formas organizacionais e contábeis, 29

*Resumo*, 31

*Notas*, 32

*Leitura adicional*, 34

*Exercícios e problemas*, 35

## **Parte II – MICROTEORIA DE CONTABILIDADE E DE CONTROLE, 37**

### **3 A Contratação de Habilidades Gerenciais, 39**

As características dos gestores, 39

As formas de contratos para os gestores, 43

*Resumo*, 51

*Notas*, 52

*Leitura adicional*, 52

*Exercícios e problemas*, 54

### **4 Os Gestores e as Decisões Contábeis, 57**

A hierarquia de decisões contábeis, 58

Certos aspectos dos sistemas de controle, 63

As consequências gerenciais de decisões contábeis, 66

O comportamento observável dos gestores, 70

*Resumo*, 71

*Notas*, 71

*Leitura adicional*, 72

*Exercícios e problemas*, 75

### **5 O Lucro e o seu Gerenciamento, 78**

A lei de conservação do lucro, 80

As funções do lucro em uma firma, 80

As atitudes dos agentes em relação ao lucro, 82

O gerenciamento do lucro, 87

Resumo de evidências empíricas, 91

*Resumo*, 93

*Notas*, 94

*Leitura adicional*, 95

*Exercícios e problemas*, 97

### **6 Os Investidores e a Contabilidade, 100**

A descrição das classes de investidores, 100

As atitudes e as preferências do investidor, 106

Os mecanismos de escolha contábil para os investidores, 107

As consequências das políticas contábeis para os investidores, 110

*Resumo*, 113

*Notas*, 113

*Leituras adicionais*, 114

*Exercícios e problemas*, 114

## **7 A Contabilidade e o Mercado de Ações, 117**

- O papel limitado das regras de avaliação, 117
- O papel dos intermediários da informação, 118
- Questões sobre a contabilidade e o mercado de ações, 119
- Os problemas de inferência, 127
- Resumo*, 130
- Notas*, 130
- Leitura adicional*, 131
- Exercícios e problemas*, 133

## **8 Os Auditores e as Firmas, 136**

- A função da auditoria na firma, 137
- As decisões do auditor, 139
- Estrutura institucional da profissão de auditoria, 144
- Resumo*, 153
- Notas*, 153
- Leituras adicionais*, 155
- Exercícios e problemas*, 158

## **Parte III – MACROTEORIA DE CONTABILIDADE E CONTROLE, 163**

### **9 As Convenções e sua Classificação, 165**

- As convenções, 166
- As convenções contábeis, 167
- As características econômicas da contabilidade, 168
- A estabilidade temporal das características econômicas, 172
- A uniformidade e a classificação, 174
- Resumo*, 177
- Notas*, 177
- Leitura adicional*, 178
- Exercícios e problemas*, 178

### **10 Os Critérios e os Mecanismos de Decisão, 180**

- Os critérios para a escolha social, 180
- A análise do custo-benefício social, 185
- Os mecanismos para a escolha social, 187
- Resumo*, 193
- Notas*, 194
- Leitura adicional*, 194
- Exercícios e problemas*, 194

## **11 A Padronização da Contabilidade, 196**

- As regras e as decisões econômicas, 196
- A economia das regras e dos padrões, 200
- As teorias econômicas dos padrões, 202
- Os padrões contábeis, 203
- As instituições para o estabelecimento de padrões contábeis, 206
- Os efeitos dos padrões, 209
- Resumo*, 210
- Notas*, 211
- Leituras adicionais*, 211
- Exercícios e problemas*, 212

## **12 O Governo, a Legislação e a Contabilidade, 214**

- O governo como um agente contratante, 215
- O governo como uma superfirma, 219
- Resumo*, 223
- Notas*, 224
- Leituras adicionais*, 224
- Exercícios e problemas*, 225

## **13 A Contabilidade para as Organizações de Bens Públicos, 227**

- A nomenclatura e a classificação, 227
- As características econômicas das OINRs, 228
- As características da contabilidade em organizações de bens públicos, 233
- A interação entre a contabilidade empresarial e de OINR, 240
- Resumo*, 242
- Notas*, 242
- Leitura adicional*, 242
- Exercícios e problemas*, 243

*Epílogo*, 245

*Índice remissivo*, 247

# Prefácio

**E**ste livro originou-se no meio da década de 1970 em razão de minha curiosidade sobre as funções contábeis e de controle nas organizações e na sociedade como um todo. Embora essas funções possam ser óbvias para alguns, para um jovem engenheiro trabalhando dentro da cultura da ciência social das escolas de negócios da década de 1970 era difícil entender o quadro completo. Ao longo dos anos, esforcei-me em organizar o que eu sabia, via, lia e ensinava em um todo coerente. Acabei por acreditar que o interesse pessoal econômico é o princípio organizador que eu estava procurando. A teoria do contrato da contabilidade é baseada na ideia de que muito da prática contábil é modelado por forças econômicas.

Minha introdução à contabilidade foi suficientemente simples. Quando minha irmã saiu de casa para a universidade, meu pai se voltou para mim, um aluno de sexta série,<sup>1</sup> para ajudar na manutenção da contabilidade da fazenda e da casa. Uma ou mais vezes por semana eu registrava as entradas de diário (débitos à direita, créditos à esquerda, como é a convenção na Índia) como ele as ditava de seu caderno de bolso. A maior parte dos lançamentos era composta por saídas de caixa e provisão de folha de pagamento para os trabalhadores da fazenda. As vendas dos produtos da fazenda eram a granel e raras. Terreno, prédios, e equipamentos eram totalmente de nossa propriedade e não apareciam no balanço patrimonial. Nenhuma depreciação era reconhecida contra a receita para calcular o lucro anual de nossa fazenda.

As aulas de gestão na escola de engenharia e o trabalho subsequente em fábricas introduziram em mim a necessidade de manter o controle do quanto custa produzir um vagão

---

<sup>1</sup> No Brasil, corresponde à 6ª série do Ensino Fundamental. (N. T.)

de trem através das contas de produção, do custeio por ordem de produção, da alocação de custos, e dos custos indiretos de produção. A natureza impessoal das enormes fábricas e a divisão de responsabilidade entre gestores criaram uma necessidade de orçamentos, avaliações de desempenho, e análise de variações. Cada lote de blocos de motor era escoltado através da fábrica por um contador invisível na forma de uma ordem de produção vermelha. A cada parada, dados sobre os recursos gastos eram registrados.

Enquanto eu cursava um mestrado em gestão industrial na Carnegie Mellon University, eu aprendia outra forma de contabilidade, denominada de Controles Quantitativos, por uma boa razão. A complexidade da contabilidade em sua forma extensiva e madura poderia ser verificada nas grandes corporações geridas profissionalmente, com propriedade acionária dispersa, uso extensivo de créditos de curto e de longo prazo, processos complexos de produção e instrumentos financeiros, e auditores independentes. Ainda que a contabilidade fosse muito pouco mencionada em cursos sobre comportamento organizacional, eu fui feliz por ter Yuri Ijiri para explicar as motivações humanas que direcionavam a necessidade por sistemas de controle e a forma de exercitá-los. Nesse ponto, eu me senti muito à vontade com o que eu aprendi de negócios, organizações e controles. Eu tinha em minha mente uma figura razoavelmente coerente das funções de contabilidade em organizações simples e em organizações complexas. E então eu fui introduzido à pesquisa contábil.

A natureza especializada de grande parte da pesquisa contábil força um foco rígido em funções específicas da contabilidade em ambientes estreitamente definidos. Algumas têm recebido mais atenção do que outras. O papel da contabilidade em avaliar títulos mobiliários, em fornecer informação para avaliação de desempenho e em motivar membros de uma organização representa três dessas funções. Ainda que o estudo detalhado dessas funções específicas seja importante, é fácil enfatizar as árvores e perder de vista a floresta. Minha desorientação na floresta da pesquisa contábil surgiu de minha inabilidade em sintetizar várias funções da contabilidade em uma figura coerente. Este livro é um passo nessa direção.

Quem mais poderia estar interessado nesses pensamentos? Originalmente, este material foi desenvolvido na forma de notas de aula para uma disciplina optativa do segundo ano de um curso de MBA e foi usado em conjunto com casos que eu desenvolvi. Subsequentemente, eu usei as notas para um seminário avançado em teoria da contabilidade, novamente suplementadas por casos e artigos da mídia financeira. Essas notas, suplementadas por livros selecionados e artigos de periódicos, têm também sido usadas para despertar a curiosidade de alunos de primeiro ano do programa de doutorado em contabilidade sobre os desafios da pesquisa e do ensino contábil. A gestão e outros cientistas sociais são frequentemente curiosos sobre como a contabilidade e o controle, aparentemente rígidos e insulados de outras disciplinas, estão vinculados às suas próprias percepções de como as organizações funcionam. Este livro sugere alguns desses vínculos. Finalmente, e mais ambiciosamente, mulheres e homens de negócio podem encontrar neste livro uma maneira de organizar o que elas e eles já sabem.

# Agradecimentos

**E**mbara este livro carregue o meu nome, ele inclui ideias de inúmeras fontes. Eu estou consciente de somente algumas dessas fontes. Minhas dívidas são mais numerosas do que eu possa contar. Mas vamos tentar.

Meu pai me ensinou a disciplina de contabilidade. Meu irmão mais velho me incitou a abandonar um trabalho de engenheiro na Índia para ingressar na Carnegie Mellon University para ampliar meus horizontes.

Em 1970, a Graduate School of Industrial Administration (GSIA) da Carnegie Mellon pode ter sido a única escola de negócios que enviou uma lista de *working papers* e de reimpressões dos professores aos estudantes admitidos em seu programa de mestrado e os encorajou a requerer cópias dos artigos. Eu tinha lido os trabalhos de Taylor, Gilbreth e seus contemporâneos em nossas aulas de gestão na escola de engenharia na Índia. A lista de *working papers* fez com que eu percebesse que o mundo de gestão tinha avançado para além do Taylorismo.

Eu tive a boa sorte de aprender de professores que me inspiraram, tais como Kalman Cohen, Claude Colantoni, Yuri Ijiri, Robert Kaplan, Thomas Morton e Gerald Thompson. Tanto dentro quanto fora da sala de aula, o ambiente da GSIA era infundido com o espírito de aprendizado e experimentação. Logo após eu ter entrado no programa de mestrado, Claude Colantoni sugeriu que eu considerasse ingressar no programa de Doutorado. Eu entrei.

A GSIA realizava um *workshop* para apresentação de todos os trabalhos acadêmicos. Esses *workshops* brilhavam com o entusiasmo de aprendizado, conhecimento e discussão aberta de todas as questões entre os participantes, que incluíam Egon Balas, Martin

Bronfenbrenner, Davis Cass, Richard Cyert, William Cooper, Lester Lave, Robert Lucas, Timothy McGuire, Allan Meltzer, Allan Newell, Edward Prescott, Richard Roll e Herbert Simon. Para nós doutorandos, era uma experiência estimulante, especialmente em razão de, nesse mundo de ideias, não haver nenhuma categorização. Como na maior parte dos programas bem-sucedidos de doutorado, nós tínhamos debates acalorados para defendermos nossas ideias. Eu fui feliz de estar lá na mesma época de um grupo talentoso que incluiu Costas Azariadis, B. Balachandran, Bob Forsythe, Charlie Holt, Hiroyuki Itami, Finn Kydland, Ram Rao e V. Srinivasan.

Ao longo dos anos, eu tive a boa sorte de ter Amin Amershi, Rick Antle, Andrew Bailey, Srikant Datar, Sidney Davidson, Joel Demski, John Dickhaut, Nick Dopuch, Jerry Feltham, George Foster, Nick Gonedes, David Green, Chandra Kanodia, Baruch Lev, Bob Magee, Ramon Marimon, Charlie Plott, Prem Prakash, Al Rappaport e Dan Simunic como meus amigos e colegas, e eles têm ajudado a modelar o meu pensamento de muitas maneiras.

Este livro inclui uma grande quantidade do que eu aprendi de meus alunos de graduação, mestrado e doutorado, especialmente Gary Biddle, Jim Donegam, Rong-Ruey Duh, Suk Sig Lim, Karim Jamal, Dhananjay Gode, Anish Shah e Carolyn Levine.

Eu comecei a escrever este livro como notas de aulas para uma disciplina de mestrado que o Diretor Peter Lusztig me solicitou a ministrar durante minha visita entre 1982-83 à University of British Columbia. A secretária do Departamento de Contabilidade, Barbara Strouts, fez um trabalho maravilhoso de digitar as notas em um período muito curto de tempo. Daniel Coloumbe, Masako Darrough e Karim Jamal participaram na aula e criticaram meu primeiro esboço. Ao longo dos anos, Andrew Bailey, Stan Baiman, Ron Dye, Yoshi Fukui, Jon Glover, Dhananjay Gode, Michael Hechter, Sok-Hyon Kang, Baruch Lev, Bob Magee, Richard Mattesich, Jim Ohlson, Katherine Schipper, Shiva Sivaramakrishnan, Gordon Walter, Hidetoshi Yamaji, Steve Zeff e Jerry Zimmerman gastaram horas lendo o manuscrito e compartilhando seus comentários construtivos comigo.

A principal tarefa de preparação do manuscrito e revisão do meu inglês foi levada a cabo por Gerry Hong, Betty Kosnek, Traci Radzniak e Ann Nelson. Debra Hovland e Li Zhang meticulosamente rastrearam as centenas de referências e muitas citações para garantir acurácia.

Dave Shaut, da South-Western College Publishing, foi uma fonte constante de suporte para esse projeto. O editor de desenvolvimento Ken Martin e o editor de produção Jason Fisher da South-Western tornaram a minha tarefa mais fácil e menos penosa.

Eu trabalhei neste livro em quatro grandes universidades – University of British Columbia, University of Minnesota, Carnegie Mellon University e Kobe University. Eu sou grato por seu apoio financeiro, de secretariado e acadêmico, sem o qual este trabalho não teria sido possível. Os apoios financeiros da Honeywell Foundation da University of Minnesota, de Richard M. and Margaret Cyert Family Funds na Carnegie Mellon University, e do Japanese Ministry of Education na Kobe University foram especialmente valiosos.

Manjula, minha esposa, leu o manuscrito quase a mesma quantidade de vezes que eu mesmo li e, pacientemente, conduziu várias revisões durante os 14 anos desde que

eu escrevi o primeiro esboço. Ela e nossos filhos, Richa e Neal, deram-me seu amor e seu suporte para completar esse projeto.

Yuri Ijiri e Robert Kaplan me ensinaram os dois cursos de meio semestre em contabilidade. Para eles, este livro é dedicado.



*Parte I*

# **Teoria Contratual da Firma**



# 1

## Introdução à Teoria da Contabilidade e do Controle

**T**rês ideias são centrais para o entendimento da contabilidade e do controle nas organizações. Primeiro, todas as organizações são conjuntos de contratos entre indivíduos ou grupos de indivíduos. Segundo, a provisão de informação compartilhada entre as partes contratantes ajuda a desenhar e a implementar esses contratos. Finalmente, o controle *nas* organizações é um balanceamento ou um equilíbrio sustentável entre os interesses de seus participantes. Esse controle deveria ser diferenciado do controle *das* organizações, que sugere manipulação e exploração de alguns participantes por outros. Nós começamos essa visão geral pela breve exposição dessas ideias, deixando a maioria das definições e dos detalhes para os capítulos seguintes. Nós concluímos com um sumário de ideias sobre micro e macroaspectos da contabilidade e do controle apresentados no livro.

### **AS ORGANIZAÇÕES COMO UM CONJUNTO DE CONTRATOS**

As organizações são muitas coisas para muitas pessoas. As firmas empresariais, por exemplo, são empregadoras para aqueles que trabalham para elas; clientes para os fornecedores de mercadorias e serviços; fornecedoras para seus próprios clientes; benfeitoras para aqueles que recebem seu auxílio; investimentos para aqueles que poupam; contribuintes para o Governo; uma ameaça à sobrevivência de seus concorrentes; burocracias impessoais para os impotentes; e pilares da livre-iniciativa para aqueles que acreditam. As organizações são variadamente vistas como redes complexas de relacionamentos humanos, funções de produção, hierarquias, e mesmo latas de lixo. Elas são elogiadas por serem

celeiros de cultura e civilização, e por serem motores de mudança. Elas também são ridicularizadas como fontes de vulgaridade e como bloqueios para o progresso na sociedade.

Nós não temos nenhum problema com essa e com outras maneiras de olhar para as organizações. Entretanto, para o nosso propósito limitado de tentar explicar a natureza da contabilidade e do controle nas organizações, nós iremos usar uma velha e atraente ideia defendida por estudiosos tais como Cyert e March, Simon, Barnard, e Rousseau: uma organização é simplesmente um conjunto de contratos entre agentes.<sup>1</sup> Contratos são entendimentos mútuos, sejam formais ou informais. Tanto um aluguel de um apartamento quanto um compromisso de almoço com um amigo são contratos. Os agentes são indivíduos ou outras organizações. Nós assumimos que os agentes são racionais: eles não escolhem intencionalmente o que não os agrada.

## FATORES COMPARTILHADOS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As disputas desperdiçam recursos; a provisão de conhecimento compartilhado ajuda a evitar e a resolver disputas. Os conflitos não resolvidos entre os agentes enfraquecem, ou mesmo destroem, a estrutura complexa de trocas socioeconômicas das quais muito de nossa prosperidade é decorrente. As greves e os bloqueios industriais são um exemplo. A prática de coletar cuidadosamente e de compartilhar informação surge para responder a essa demanda fundamental por um meio de preservar nosso sistema socioeconômico. O compartilhamento de conhecimento e de expectativas é uma parte significativa de aculturação e socialização.

Muitos conflitos em famílias, entre vizinhos, no ambiente de trabalho e em negócios são evitados ou resolvidos com o apoio de informações compartilhadas. O sistema judicial depende de documentos escritos e da declaração de testemunhas – ambos representando formas de informações compartilhadas. Entretanto, somente uma proporção mínima de todos os conflitos chega, em algum momento, aos tribunais de justiça. A maioria dos conflitos é resolvida prontamente e sem custos através da provisão sistemática de informação compartilhada fora de qualquer sistema formal de resolução de conflitos.

A definição de contratos executáveis entre os agentes requer *conhecimento comum*. A informação X é um conhecimento comum entre os agentes A e B se A conhece X, e B conhece X, e A sabe que B conhece X, e B sabe que A conhece X, e A sabe que B sabe que A conhece X, e assim por diante.<sup>2</sup> Na fábula inglesa, quando a criança gritou que o imperador estava nu, todos já sabiam que o imperador estava sem roupas; a criança somente tornou essa informação um conhecimento comum.

Quando as variáveis que não são de conhecimento comum são utilizadas nos contratos, podem ocorrer disputas e enganar. O conhecimento comum é mais do que a capacidade de observar um evento por todas as partes. Também é necessário que cada parte esteja ciente de que os outros têm essa mesma capacidade de observar. Quando todos sabem sobre o evento, mas não a respeito do conhecimento que os outros têm sobre esse evento,

alguns podem ser tentados a usar tal informação em vantagem própria e a criar conflitos evitáveis. O conhecimento comum ajuda a reduzir tais conflitos e as perdas concomitantes.

A contabilidade e o controle nas organizações produzem conhecimento comum para auxiliar a definição de contratos entre os agentes. Entretanto, o conhecimento comum é uma abstração teórica. Traduzi-lo na prática é tão difícil quanto tornar um ponto matemático visível em um quadro. Nenhuma representação física de um ponto pode prescindir de dimensão, ainda que a liberdade das dimensões seja a essência da definição matemática de um ponto. Mas nós podemos ensinar geometria, desenhar e construir pontes, e obter uma miríade de outras vantagens que decorrem de abstrações sem insistir que os análogos físicos e práticos sejam fiéis aos conceitos fundamentais de todos os pontos de vista. O conceito de conhecimento comum, de forma semelhante, não tem representação exata no mundo prático.

No momento em que se decide o que fazer, nós poderemos deparar com dois tipos de incerteza. Nós decidimos com base em informação *imperfeita* se as regras ou a estrutura são de conhecimento comum, mas nós não sabemos sobre os eventos e as ações dos outros. A roleta, por exemplo, é um jogo de informação imperfeita uma vez que os jogadores não sabem onde a bola vai parar na roda. Eles todos conhecem as regras do jogo, e as chances de vários resultados. Similarmente, ao pensar na contabilidade como um sistema de informação para tomada de decisão, assume-se que todas as partes conhecem as regras do jogo, e a contabilidade apenas fornece informação sobre os vários eventos e as ações dos outros.

Se nós não conhecemos as regras ou a estrutura da situação, decidimos sobre circunstâncias mais difíceis, denominadas de informação *incompleta*. Em *O Mágico de Oz*, Dorothy se depara com um jogo de informação incompleta. Ela não conhece as regras nem os jogadores no jogo que ficam surgindo para surpreendê-la. A contabilidade, como um sistema para implementação de contratos ou como um sistema de prestação de contas (*accountability*), deve funcionar efetivamente em um ambiente não somente de informação imperfeita, mas também de informação incompleta. No ambiente menos certo e mais complexo de informação incompleta, a contabilidade informa não apenas sobre os eventos e as ações dos outros, mas também sobre a estrutura do jogo e as posições relativas dos jogadores nesse jogo. Alguns componentes da contabilidade e do controle (p. ex., evidênciação de demonstrações financeiras para usuários externos) podem parecer redundantes até o momento em que se olha para as organizações como jogos de informação incompleta.

## **O CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES COMO BALANCEAMENTO E EQUILÍBRIO**

O conflito e a cooperação coexistem nas trocas econômicas. O desejo de perseguir o que queremos promove instintos contraditórios de cooperação e de conflito. Em uma troca econômica, o ganho da troca ou o excedente total é a diferença entre o montante máximo que o comprador está interessado em pagar e o montante mínimo que o vendedor está interessado em aceitar. Essa soma de excedentes do consumidor e do produtor é a cola organizacional que direciona os agentes em direção à cooperação, confiança, boa vontade e ao compartilhamento.

O preço real da transação determina a divisão do excedente total entre o comprador e o vendedor. Essa divisão gera conflito, competição e medo, além de ameaçar despedaçar a organização. Controle nas organizações modera essa força centrífuga ao ajudar a mitigar e a resolver conflitos. Quando os conflitos são mais intensos do que a cooperação, a organização se desintegra. A Pan American Airlines, a maior empresa aérea do mundo em certo período, encerrou suas atividades porque os conflitos entre os empregados e os acionistas não puderam ser resolvidos de maneira satisfatória para ambos.

A ideia de controle *nas* organizações é diferente da ideia de controle *das* organizações. A primeira tem a conotação de balanço e de equilíbrio entre os interesses dos agentes; a segunda sugere manipulação, até mesmo exploração, de alguns agentes por outros. Controle *das* organizações implica que a organização é um instrumento de um agente ou um grupo que o utiliza para alcançar seus objetivos, enfatizando a disparidade nos poderes relativos de barganha dos agentes controladores e dos outros. Sob o conceito de controle *nas* organizações, olha-se para as organizações mais simetricamente, do ponto de vista de vários participantes. Em uma corporação moderna, mesmo o principal executivo (CEO) não controla o restante da organização porque o CEO também está sujeito ao sistema de controle da firma. Nós iremos dar atenção ao problema mais amplo e geral do controle *nas* organizações.

Os antecedentes contábeis deste livro residem no trabalho de Yuri Ijiri. Ele enxergou a contabilidade como um “sistema para facilitar o bom funcionamento do relacionamento de *accountability* entre as partes interessadas”, distinguindo essa maneira de enxergar a contabilidade da abordagem então predominante de utilidade para decisão, em três dimensões:

1. a importância do processo assim como do resultado da contabilidade;
2. o sistema contábil como um resultado de equilíbrio do jogo entre as partes envolvidas e não como algo escolhido arbitrariamente pelo contador; e
3. a simetria do relacionamento entre quem delega uma responsabilidade e quem assume uma responsabilidade (isto é, principal-agente) em oposição à assimetria inerente na metáfora senhor-servo.<sup>3</sup> Esta última ideia ecoa das análises de Barnard e Simon dos relacionamentos de autoridade<sup>4</sup> e, historicamente, da análise de Rousseau do relacionamento entre o regulador e o regulado.<sup>5</sup> O consentimento dos regulados é tão importante nesses relacionamentos quanto a habilidade do regulador.

Ao longo deste livro, nós assumiremos que os indivíduos escolhem ações para alcançar suas metas, dentro de restrições de seus ambientes, conhecimentos e capacidades, além de que os indivíduos são racionais no sentido de que eles não escolhem intencionalmente cursos de ação cujos resultados sejam indesejáveis. A suposição de racionalidade vincula as metas individuais a suas ações.

Este livro está organizado em três partes. O modelo de contrato da firma e a função da contabilidade e do controle na execução do conjunto de contratos são definidos no próximo capítulo. Os seis capítulos da Parte II examinam as atitudes e as ações das três princi-

país classes de agentes – investidores, gestores e auditores – sob o rótulo de microteoria de contabilidade. A atenção é direcionada para as atitudes e as ações de cada classe de agentes, assumindo-se que as atitudes e as ações dos demais agentes permanecem constantes. Na Parte III, sob o rótulo de microteoria, olhamos para os problemas da escolha social, do papel do governo, da interação entre a lei e a contabilidade, da estrutura institucional da contabilidade e dos problemas de controle nas organizações produtoras de bens públicos. O restante deste capítulo introdutório resume as principais ideias do livro.

## **A MICROTEORIA DA CONTABILIDADE E DO CONTROLE**

As organizações consistem de indivíduos, cada qual obrigado a contribuir com recursos e com o direito de receber compensações em troca. A busca dos indivíduos em alcançar o seu interesse próprio pode induzir tanto ao conflito quanto à cooperação. Os sistemas de contabilidade e de controle são projetados para garantir que as forças centrífugas do conflito não superem o instinto cooperativo. Isso é alcançado através de cinco funções na implementação e na aplicação de conjuntos de contratos organizacionais: (1) mensurar as contribuições de cada um; (2) mensurar e pagar pelos direitos de cada participante; (3) relatar aos participantes a extensão do cumprimento dos contratos; (4) distribuir informação a potenciais participantes para manter a liquidez dos vários fatores de mercado dos quais a organização extrai os seus recursos; e (5) distribuir certas informações como conhecimento comum para ajudar a reduzir os custos de negociação dos contratos. O Capítulo 2 explora como várias formas e aspectos da contabilidade podem ser entendidos com base nessas cinco funções.

Os contratos que definem os direitos e as obrigações de cada indivíduo em uma organização variam, dependendo da natureza dos recursos que cada participante tem a oferecer e está interessado em aceitar em troca. Como mencionado anteriormente, os agentes racionais participam de uma organização somente enquanto recebem – ou esperam receber – uma compensação maior da organização do que ele poderia esperar receber em outro lugar em troca pelos recursos que eles têm a oferecer. Alguns fluxos de recursos podem ser mensurados mais facilmente ou mais precisamente do que outros (p. ex., caixa *versus* esforço gerencial). Os vínculos contratuais dos agentes com a firma, assim como os mecanismos de contabilidade e de controle para execução dos contratos, são escolhidos de modo que haja uma adequação entre um e outro. É por isso que as formas contratuais de acionistas, gestores, trabalhadores de fábrica, pessoal de vendas e clientes assumem aspectos tão diversos. A participação desses na contabilidade e no controle da organização também varia de acordo com cada grupo de interesses.

### **Os gestores e o lucro**

Os gestores são o grupo mais importante de agentes cujos interesses e comportamentos são fundamentais para entender a estrutura de uma organização e sua contabilidade

e controle. É difícil mensurar a contribuição dos gestores para a firma. Os sistemas de controle são projetados de tal forma que as organizações possam operar de maneira eficiente sem mensurar diretamente a contribuição dos gestores. A fim de induzir os gestores a cumprir com suas obrigações, sua compensação, promoção e retenção são vinculadas àqueles dados de resultados que podem ser observáveis, assim como informativos sobre a contribuição que oferecem. Os sistemas contábeis e de controle são desenhados para produzir esses dados.

Os principais gestores e os seus subordinados negociam diretamente os contratos de seus subordinados. Ao contrário dos relatórios financeiros divulgados aos usuários externos, o desenho e a aplicação de contratos gerenciais não são regulados por padrões a serem utilizados por todas as firmas. O desempenho dos principais gestores, entretanto, é monitorado pelos investidores e pelos auditores que lidam simultaneamente com muitas firmas. Uma vez que os relatórios financeiros das firmas empresariais são também utilizados para avaliar os principais gestores e investimentos, tais relatórios são parcialmente padronizados.

Os gestores tendem a selecionar os métodos contábeis que melhor se ajustem aos seus próprios interesses. Os contratos gerenciais são desenhados para resistirem a tais comportamentos de benefício próprio. Muitas das questões sobre as escolhas contábeis (p. ex., UEPS,<sup>1</sup> arrendamentos, provisão para devedores duvidosos e custos de pesquisa e desenvolvimento) podem ser entendidos dentro desse contexto.

O lucro, normalmente considerado o número mais importante nos relatórios financeiros, serve a diversas funções. É uma medida do recurso que pertence aos acionistas e é uma base para remunerar os gestores cujos esforços não possam ser mensurados diretamente. Ainda mais importante, o lucro é o valor residual obtido depois que o custo de todos os fatores de produção, exceto do capital próprio, é subtraído da receita. Essa natureza residual do lucro líquido lhe dá um sinal valioso sobre a viabilidade da firma. Quando o lucro se torna negativo por razões que não são consideradas temporárias, todos os participantes da organização são notificados de que seus atuais contratos devem ser modificados ou rescindidos em um futuro não muito distante. O uso dos números de lucro na compensação gerencial e na avaliação de ações também motiva os gestores a dedicar recursos no sentido de “gerenciar”, de maneira oportunista, o lucro em sua própria vantagem.

## **Os acionistas, o mercado de ações e os auditores**

Os acionistas constituem o segundo importante grupo de agentes contratantes. Seus contratos têm quatro principais características:

1. Os acionistas estão comprometidos com a firma, pois colocam dinheiro no negócio muito antes que possam esperar receber qualquer retorno.

---

<sup>1</sup> Último que Entra, Primeiro que Sai (N.T.)

2. O direito que possuem aos recursos é residual (i. e., aquilo que sobra depois que o direito de todos os demais agentes tenha sido atendido).
3. Os seus direitos contratuais são transferíveis e o mercado de ações das maiores firmas é frequentemente muito líquido.
4. Os acionistas têm o direito de escolher os gestores e os auditores, assim como, de dissolver a organização.

A proteção proporcionada aos acionistas através dos itens (3) e (4) os compensa pelos riscos impostos pelos itens (1) e (2).

Os gestores controlam a informação gerada na firma e são tentados a disseminá-la seletivamente. Os acionistas necessitam de informação para proteger os seus interesses contra a incompetência gerencial ou a conduta ilegal. Para limitar a triagem seletiva de informações, as firmas de capital aberto contratam os serviços de auditores independentes e solicitam a evidenciação das informações verificadas. Os gestores apresentam seus relatórios aos auditores e dão a eles acesso para os registros corporativos de modo que os relatórios possam ser verificados de maneira independente. Os auditores fornecem relatórios verificados aos investidores e a outros participantes na firma de modo que eles possam tomar suas próprias decisões sobre a continuidade de sua participação na firma.

O honorário de auditoria é o preço que os acionistas pagam para reduzir a chance de ser enganados por relatórios incorretos dos gestores, assim como, para se assegurarem contra a negligência ou a cumplicidade dos auditores com os gestores. Sem verificação, os gestores teriam um incentivo para tentar esconder desempenhos não satisfatórios e para exagerar bons desempenhos. Os auditores recebem honorários por seus serviços profissionais e pelo risco de atestarem os relatórios produzidos pelos gestores.

O papel dos gestores no processo é mais complexo. Os honorários de auditoria reduzem o lucro líquido da firma disponível para os acionistas, assim como a compensação financeira para os gestores. A credibilidade garantida dos relatórios dos gestores aos olhos dos investidores compensa os gestores por suas perdas.

Todos os agentes – acionistas, gestores e auditores – procuram sistemas contábeis que possam melhorar suas posições. Eles resistem a mudanças adversas e ajustam seus comportamentos para se saírem melhor quando as mudanças ocorrerem. Esse ajuste ao comportamento dos outros é um processo muito pouco compreendido, complexo e dinâmico, que continua até o momento em que o sistema alcança o equilíbrio e até que nenhum agente possa aumentar o seu bem-estar ao mudar seu comportamento. A teoria contábil é o estudo dessa decisão e desse processo de ajustamento, além do estudo da natureza e das condições do equilíbrio contábil.

## **A MACROTEORIA DA CONTABILIDADE E DO CONTROLE**

As convenções contábeis são distintas de seus aspectos econômicos. As convenções são aqueles aspectos cujo valor econômico é completamente gerado pela coordenação entre os

agentes. Nenhum de seus valores se origina da escolha específica da convenção por si mesma. Por exemplo, é valioso usar a convenção que débitos são colocados à esquerda e que créditos são colocados à direita. Se a colocação dos débitos e dos créditos fosse alterada, a convenção seria igualmente útil. Todas as outras características da contabilidade (tais como entidade, avaliação, partidas dobradas e regime de competência) têm consequências econômicas diretas e não deveriam ser chamados de convenções. Alguns outros aspectos básicos (tais como uniformidade e comparabilidade) têm suporte teórico duvidoso na teoria dos contratos. Eles são frequentemente utilizados como dispositivos retóricos nos debates contábeis.

### **O critério, os mecanismos e a padronização da escolha social**

A padronização de certos aspectos da contabilidade captura ganhos da coordenação social. Mas não é fácil dizer o que é bom para um indivíduo, muito menos o que é bom para a sociedade como um todo. As consequências das decisões são frequentemente incertas e distribuídas ao longo do tempo. Para chegar a um padrão, alguém deve coletar dados sobre preferências individuais e então combinar esses dados para descobrir o que é melhor para a sociedade. Ambos os passos são difíceis. Mesmo se a coleta física de dados fosse barata, não é fácil fazer com que as pessoas revelem suas preferências e suas informações particulares. E se soubéssemos o que cada indivíduo deseja, não está claro o que é melhor para a sociedade como um todo, a menos que cada pessoa prefira a mesma opção. Uma variedade de mecanismos de decisão social (p. ex., mercados, eleições, cortes e burocracias) tem surgido para lidar com esse problema, mas não necessariamente para solucioná-lo. A seleção dos padrões contábeis usa todos esses mecanismos em vários estágios.

Há duas maneiras de pensar sobre as regras e os padrões: função de restrição ou função de compensação/punição. Se pensarmos nelas como restrições, as regras nos indicam o que podemos e o que não podemos fazer. Se pensarmos nelas como compensação/punição, as regras simplesmente vinculam uma remuneração ou uma punição a quaisquer escolhas que nós façamos, sem definir nenhuma proibição. A primeira implica uma suposição não realista de que regras podem ser perfeitamente aplicadas ou forçadas; a última interpretação é consistente com a perspectiva econômica.

Há diversos níveis de padrões contábeis, e uma variedade de motivações reside por trás da padronização. Os mecanismos escolhidos para estabelecer os padrões, os tipos de padrões escolhidos e a magnitude das sanções usadas para forçá-los têm efeitos significativos sobre os sistemas contratuais que as firmas escolhem, sobre a estrutura da profissão de auditoria e sobre a educação contábil.

### **O governo e as organizações de bens públicos**

O governo cumpre três importantes papéis contábeis. Primeiro, o governo é um agente contratante das firmas comuns, algumas vezes como um cliente ou como um vendedor, e quase sempre como um agente tributário. Uma vez que o governo deve simultaneamente

lidar com milhões de contribuintes, a economia de arrecadação de tributos dita métodos de contabilidade relativamente objetivos, que não envolvem julgamentos, para a determinação do passivo tributário de contribuintes individuais. O monopólio bilateral entre o governo federal, como um cliente, e os responsáveis pela defesa, como vendedores de sistemas de defesa, gera sistemas contábeis customizados para cumprimento de contratos de defesa.

Segundo, o governo atua como uma superfirma ao estabelecer leis, regras e regulamentos em certas áreas da contabilidade. Esse esforço produz modelos de contrato que podem formar o ponto de partida de negociações entre os agentes participantes em uma organização. Esses modelos reduzem os esforços de negociação, de custos de procura de informações e de tempo, tal como os formulários pré-impressos de aluguel fazem para os inquilinos e os proprietários. Os modelos de contrato são concretizados em negociações entre os agentes participantes. A imposição de requisitos obrigatórios de auditoria sobre firmas de capital aberto e as leis que regem o treinamento e a certificação de auditores são exemplos de tais contratos modelos.

Finalmente, o próprio governo é uma organização. Ele, também, é um conjunto de contratos entre um grande número de agentes. Esses contratos também precisam ser implementados e cumpridos de maneira eficiente. Os sistemas contábeis e de controle do governo e de muitas organizações sem fins lucrativos diferem de maneira significativa daqueles de organizações com fins lucrativos. Essas diferenças podem ser entendidas em termos de características econômicas do produto das várias organizações. Os consumidores de bens privados devem ser atraídos a comprá-los em transações nas quais não existe nenhuma relação entre o vendedor e o comprador (*arm's length*). Esses clientes impõem uma disciplina de mercado sobre os gestores. Essa disciplina é fraca em monopólios naturais e ausente em organizações que produzem bens públicos. As restrições adicionais sobre o comportamento dos gestores e os menores níveis de discricionariedade garantida a tais gestores são uma tentativa de oferecer um equilibrado sistema de controle para os clientes. As diferenças nos sistemas de contabilidade e de controle e, de fato, em suas estruturas organizacionais, podem ser entendidas em termos das características econômicas do produto dos monopólios naturais, do governo e das organizações sem fins lucrativos.

## RESUMO

Uma teoria da contabilidade deve cobrir todos os aspectos importantes da atividade contábil em uma estrutura integrada. O modelo contratual da organização oferece tal estrutura simples, mas abrangente. O esboço reduzido da teoria contratual da contabilidade e do controle discutido nesse capítulo é concretizado no restante deste livro.

## NOTAS

<sup>1</sup> Richard M. Cyert e James March, *A Behavioral Theory of the Firm* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1963); Herbert A. Simon, *Administrative Behavior* (New York: Macmillan, 1947); Chester I.

Barnard, *The Functions of the Executive*, 30th anniversary ed. (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968); J.-J. Rousseau, *The Social Contract* (New York: Hafner Publishing Co., 1947).

<sup>2</sup> Robert J. Aumann, Agreeing to Disagree, *The Annals of Statistics*, v. 4, nº 6 (1976), p. 1236-39.

<sup>3</sup> Yuji Ijiri, Theory of Accounting Measurement, *Studies in Accounting Research*, nº 10 (Sarasota, Fla.: American Accounting Association, 1975).

<sup>4</sup> Chester I Barnard, *The Functions of the Executive*, 30th anniversary ed. (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968); Herbert A. Simon, *Administrative Behavior* (New York: Macmillan, 1947).

<sup>5</sup> J.-J. Rousseau, op. cit.

## EXERCÍCIOS E PROBLEMAS

1. Em que sentido um compromisso de almoço com um amigo é um “contrato”? Explique por meio de uma análise dos sacrifícios e dos ganhos de cada participante e por meio das consequências de não cumprimento do contrato por cada um.
2. Explique a diferença entre controle *de* e controle *em* uma organização.
3. Qual é a diferença entre as seguintes duas afirmações: (1) cada membro de meu grupo na igreja sabe que a chuva está prevista para a tarde do Dia do Trabalho e (2) a previsão de chuva para a tarde do Dia do Trabalho é de conhecimento comum entre os membros de meu grupo? Qual é o efeito dessa diferença sobre o número de pessoas que irão comparecer no piquenique da igreja?
4. Liste três metáforas usadas para entender as organizações. Como elas diferem da visão contratual das organizações?
5. “As pessoas são racionais no sentido de que elas não escolhem deliberadamente ações com resultados que são menos desejáveis para elas.” Escreva sua própria definição de racionalidade e a compare com a ideia expressa nessa sentença.
6. Liste as cinco importantes funções da contabilidade que ajudam a manter o controle nas organizações. Dê exemplos de cada um. Liste quaisquer funções adicionais que você considere importantes.
7. Selecione uma organização com a qual você tenha familiaridade. Liste três importantes classes de participantes nessa organização. Identifique os recursos que cada classe de participante contribui para e recebe da organização.
8. Se todos os participantes em uma organização contribuem tanto quanto recebem recursos, por que todos eles não têm relacionamentos similares com a contabilidade? Explique.
9. Qual é o papel do lucro em uma corporação empresarial?
10. O que há de especial sobre os acionistas? Como a participação dos acionistas na firma difere da participação dos empregados ou dos clientes?
11. Qual é a diferença entre as convenções e os aspectos econômicos da contabilidade? Dê um exemplo de cada.

12. Como você determinaria se a proposta de um padrão de contabilidade é desejável para a sociedade?
13. Como os padrões contábeis são estabelecidos em seu país? Que tentativas são feitas para garantir que esses padrões gerem mais benefícios do que danos? Quão bem-sucedidas são essas tentativas? Você pode sugerir alguma melhoria no processo atual?
14. Quais são os papéis que os governos desempenham na contabilidade?
15. Como o governo, enquanto organização, é diferente de uma firma empresarial? Como e por que os sistemas de contabilidade e de controle diferem entre organizações governamentais e empresariais?

# 2

## A Contabilidade e o Modelo Contratual da Firma

A contabilidade ajuda a fazer com que uma firma funcione. Para entender a contabilidade, a firma em si deve ser entendida. Qual é a natureza da firma? Quais são os seus componentes e como eles fazem para se integrar? Como ela opera e qual é o papel da contabilidade em fazê-la operar? Nós exploramos essas questões neste capítulo.

Grande parte da discussão a respeito das firmas é aplicável às organizações em geral. A contabilidade é um aspecto essencial da atuação de organizações governamentais, sem fins lucrativos, e mesmo religiosas. Algumas dessas formas organizacionais e os aspectos especiais da contabilidade necessários para ajudá-las a operar são discutidos no Capítulo 13.

Existem diversas maneiras de se olhar para a firma, cada uma adequada para um diferente propósito. O modelo neoclássico dos livros-textos de microeconomia enxerga a firma como uma maximizadora monolítica de lucro. Esse modelo é desenhado para explicar o equilíbrio em mercados para os insumos e os produtos da firma, mas não para explicar o seu funcionamento interno. É tão pouco razoável esperar que o modelo neoclássico ajudasse a descrever e a analisar o sistema contábil de uma firma quanto é esperar que a teoria microeconômica do consumidor explicasse a estrutura e a dinâmica de uma família. O modelo neoclássico da firma com mercados perfeitos não tem pessoas, organizações ou necessidade por informação e, portanto, não tem um papel para a contabilidade na operação da firma.

O início de um modelo da firma que possa ajudar a analisar o papel da contabilidade reside nos trabalhos de Berle e Means, Coase, Barnard, Simon e Cyert e March. Em 1932, Berle e Means documentaram a separação do controle gerencial da propriedade acionária em grandes corporações dos Estados Unidos. Eles argumentaram que os interesses de acionistas e de gestores divergem de maneira significativa e, portanto, o comportamento das corporações modernas difere significativamente do comportamento das firmas conduzidas por empreendedores dos modelos neoclássicos.<sup>1</sup> Está implícita em sua crítica da

corporação moderna (como um dispositivo eficiente para o uso e a alocação de recursos na sociedade) a necessidade por mecanismos que alinhem os interesses diversos dos acionistas e dos gestores. A contabilidade auxilia a realizar essa função.

Em 1937, Coase se questionou por que as firmas crescem além da unidade elementar de uma firma de uma única pessoa e por que elas não crescem infinitamente até todas as atividades econômicas na sociedade serem conduzidas por uma única firma. Sua resposta: usar os mercados é dispendioso.<sup>2</sup> Cheung identificou quatro tipos desses custos: custos de descobrir os preços relevantes; custos de saber as características dos produtos; custos de mensuração; e custos de identificar a contribuição dos indivíduos ao esforço colaborativo.<sup>3</sup> Os contratos baseados em transações do mercado são internalizados pela firma quando é mais barato fazer assim. Neste livro, nós veremos como a contabilidade e o controle das firmas podem ajudar a reduzir os custos de executar esses contratos.

Barnard pensou nas organizações como “sistema(s) de atividades ou forças de duas ou mais pessoas conscientemente coordenadas”.<sup>4</sup> Ele argumentou que a estabilidade da organização depende de sua habilidade em fornecer incentivos ou estímulos suficientes aos indivíduos, de forma que eles percebessem como sendo mais desejável participar na organização do que retirar-se dela. Apenas seis anos depois que Berle e Means trabalharam para documentar a separação entre a propriedade acionária e o controle em grandes empresas de capital aberto, é interessante perceber que Barnard, um executivo de uma empresa de telefonia (aparentemente inconsciente do trabalho de Berle e Means), assumiu como fato que é o executivo, e não o acionista, que cumpre um papel crítico na sobrevivência das organizações.

Cooper reconheceu a inadequação das teorias de empreendedorismo da firma para o propósito de entender a organização.<sup>5</sup> Simon refinou a visão das organizações de Barnard, tornando-a mais formal e precisa.<sup>6</sup> A representação de Simon de uma organização como um conjunto de arranjos entre vários fatores de produção, cada qual motivado por considerações pessoais, ainda que não necessariamente egoístas, oferece a estrutura básica sobre a qual é erigida a teoria da contabilidade deste livro. Cyert e March enxergavam a firma como uma coalizão de interesses múltiplos, conflitantes, usando regras e procedimentos padrões.<sup>7</sup> A existência de diversos interesses dentro da firma e a visualização da firma como um conjunto de contratos entre esses interesses são as duas ideias no modelo contratual da firma apresentadas na próxima seção. Os capítulos seguintes analisam uma variedade de fenômenos contábeis usando esse modelo.

No meio século desde a publicação desses trabalhos seminais, muito tem sido feito para esclarecer, refinar, revisar e desenvolver as ideias relevantes. Alchiam e Demsetz, Williamson, Jensen e Meckling e Fama são alguns dos mais importantes contribuintes para essa literatura, revisada por Cyert e March e Moe.<sup>8</sup>

## **A FIRMA COMO UM CONJUNTO DE CONTRATOS**

Para entender a contabilidade, a firma pode ser vista como um conjunto de contratos entre agentes racionais. Os contratos podem ser explícitos ou implícitos, de curto prazo

ou de longo prazo. Os agentes podem ter diferentes preferências e diferentes dotações de capital, habilidades e informação. Os agentes são racionais no sentido em que, dentro das restrições de suas oportunidades e informação, eles não escolhem conscientemente cursos menos desejados de ação a despeito daqueles mais desejáveis.

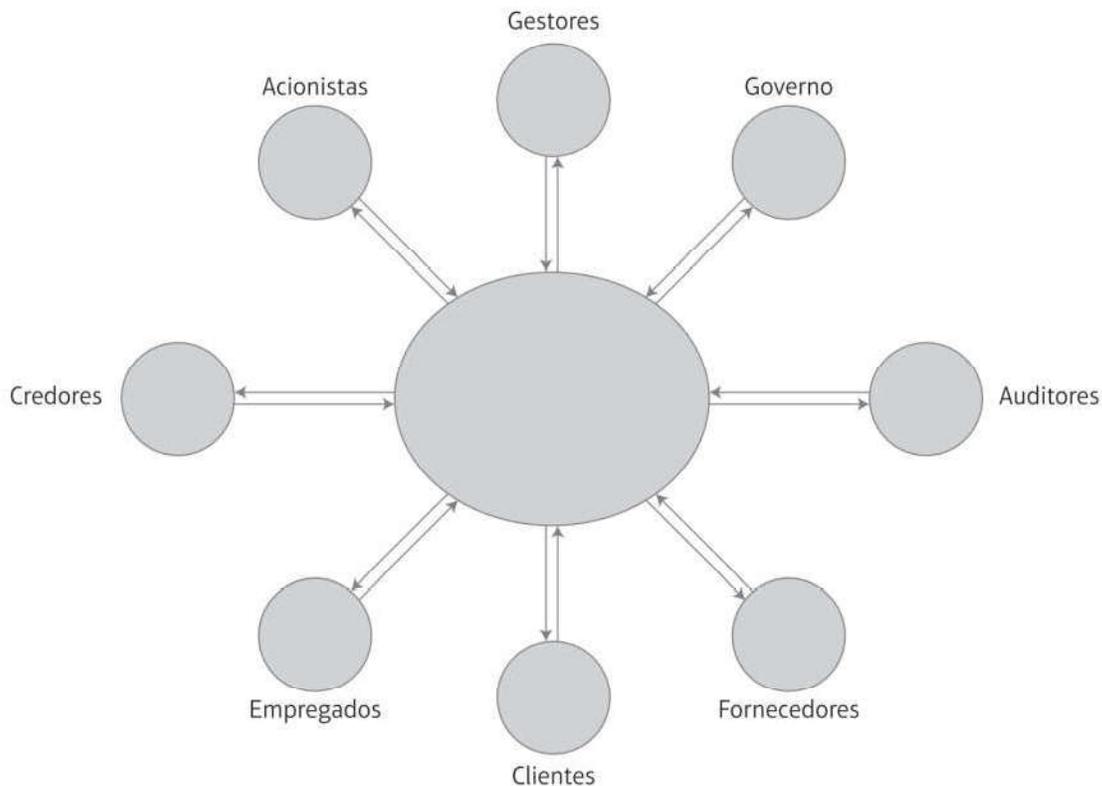


Figura 2.1 A firma como um conjunto de contratos entre agentes.

Os agentes aderem aos contratos a fim de melhorarem a sua participação. Os contratos obrigam cada agente a contribuir com recursos – capital, habilidades ou informação – para um fundo comum da organização e, em retorno, outorga a cada agente o direito de receber recursos do fundo comum. A forma, o montante e a definição do momento oportuno em que um agente dá e recebe os recursos são uma questão de negociação entre os agentes. Nós usamos os termos *direitos* (*entitlements*), *incentivos* (*incentives*) e *estímulos* (*inducements*) de maneira intercambiável para os recursos que os agentes recebem ou esperam receber (Figura 2.1).

As contribuições e os incentivos podem ser econômicos ou não econômicos. A teoria geral das organizações deve considerar ambos, como fazem Barnard e Simon.<sup>9</sup> A contabilidade trata principalmente com fluxos de recursos econômicos quantificáveis nas organizações, tais como dinheiro e máquinas. Portanto, nós limitamos a discussão aqui a variáveis econômicas. Uma teoria simples da contabilidade pode ser baseada em um modelo simples de organizações, excluindo variáveis que a contabilidade não costuma

manusear (tais como sinceridade e entusiasmo de um empregado). O preço da simplicidade é a incompletude da teoria, uma vez que o sistema de controle é influenciado por essas variáveis omitidas.

Se um agente se junta a uma firma, ou não, depende do que o agente tem a oferecer, o que ela ou ele quer receber, e os cursos alternativos de ação que estão disponíveis. Um agente racional não adere a um contrato que promete menos do que a melhor alternativa conhecida e disponível. Um agente poderia consumir os recursos que tem, poderia usá-los para produzir alguma outra coisa, ou poderia aderir a um contrato com outros agentes. O último curso de ação significa “juntar-se” a uma firma e aceitar um pacote de obrigações e direitos. Racionalidade significa que o agente somente se juntaria a firma se esse pacote for mais desejável que as alternativas disponíveis. Uma pessoa buscando comprar um paletó apenas se “junta” a firma de Hart Schaffner & Marx como um cliente se gostar de seus paletós e serviços e não conhecer um lugar onde ele pudesse ter melhores opções.

Quem são esses agentes? Os agentes são pessoas com preferências pessoais e recursos econômicos. Os grupos homogêneos de agentes com preferências e dotações similares podem ser entendidos como um único agente para os nossos propósitos. Uma firma industrial, por exemplo, poderia ser pensada como um conjunto de contratos entre agentes que fornecem recursos próprios e de terceiros, crédito comercial, trabalho, habilidades gerenciais, serviços de auditoria, matérias-primas, caixa, serviços públicos, instalações de infraestrutura e segurança, e compram produtos e serviços da firma. A cooperação mútua e automotivada entre esses agentes faz com que a firma seja possível. Outros tipos de organizações podem ser definidos similarmente como contratos entre um conjunto apropriado de agentes (ver Tabela 2.1).

Tabela 2.1 *Contribuições e direitos de vários agentes.*

Tipo de Agente	Contribuição	Direitos
Acionista	Capital social	Dividendos, valor residual
Gestor	Habilidades	Salário, bônus, benefícios
Empregado	Habilidades	Salário, compensações, benefícios
Fornecedor	Mercadorias, serviços	Dinheiro (caixa)
Cliente	Dinheiro (caixa)	Mercadorias, serviços
Emprestador/credor	Capital de empréstimo	Juros, principal
Governo	Bens públicos	Impostos
Auditor	Serviços	Honorários

Definir os limites exatos de uma firma não é nem praticável nem necessário. Como em qualquer esforço de modelagem, os agentes e contratos que são incluídos na análise

dependem de seus propósitos. O modelo contratual da firma tem a flexibilidade de ajudar a estudar uma rica variedade de fenômenos contábeis. Um modelo geral da firma inclui contratos envolvendo todos os agentes que transacionam. Para explicar um aspecto particular do comportamento da firma, a atenção pode ser voltada para os subconjuntos relevantes de agentes. Por exemplo, ao examinar a separação entre propriedade e controle, Berle e Means, assim como, Jensen e Meckling, enfatizaram o comportamento de duas classes de agentes – os acionistas (os fornecedores de capital próprio) e os gestores (os fornecedores de habilidades gerenciais).<sup>10</sup> Na análise da contabilidade financeira, três categorias de agentes – os investidores, os gestores e os auditores – cumprem papéis críticos e recebem a maior parte da atenção. Para a contabilidade tributária, o governo também é um agente importante; para a contabilidade de folha de pagamentos e benefícios, os empregados são uma classe importante de agentes.

Um indivíduo pode ser um agente de diversas firmas. Uma única firma pode não necessitar de todos os recursos que uma pessoa tem a oferecer ou pode não satisfazer todas as necessidades de uma pessoa. Exemplos incluem investidores que mantêm portfólio diversificado de ações; auditores independentes; empregados de tempo parcial que trabalham apenas no período da noite; e um soldador que trabalha para uma firma, compra um carro de uma segunda firma e investe sua poupança em ações de uma terceira firma. De fato, a participação em múltiplas organizações é a norma, não a exceção. Esse ponto é bem colocado por Barnard:

Eu seleciono aleatoriamente um homem que é identificado sobretudo por sua conexão com a organização com a qual eu também sou normalmente identificado. Ele é um engenheiro cuja carreira e subsistência por muitos anos tem dependido dessa organização. Sem uma investigação específica, eu sei que ele também tem as seguintes conexões organizacionais: Ele é (1) um cidadão dos Estados Unidos, do Estado de Nova Jersey, do Condado de Essex, e da Cidade de Newark – quatro organizações para as quais ele tem muitas obrigações inevitáveis; ele é um membro da (2) Igreja Católica; (3) dos Cavaleiros de Colombo (*Knight of Columbus*); (4) da Legião Americana; (5) do Clube de Golfe *Outanaway*; (6) do Partido Democrático; (7) do Clube de Princeton de Newark; (8) ele é um acionista em três corporações; (9) ele é chefe de sua família (mulher e três filhos); (10) ele é um membro da família de seu pai; (11) ele é um membro da família de sua mãe; (12) a julgar pelo seu comportamento, ele pertence a outras organizações menos formais (mas frequentemente parece não estar ciente disso) que afetam a maneira como ele se veste, como ele fala, o que ele come, o que ele gosta de fazer, como ele pensa sobre muitas coisas; e, finalmente, (13) ele dá evidências de também “pertencer” a si mesmo ocasionalmente. Para que não se pense que sua “principal” conexão é predominante, e as outras triviais, pode ser mencionado que ele dedica à primeira nominalmente menos de 25% de suas aproximadamente 8.760 horas por ano; e que, na verdade, enquanto ele pensa está trabalhando, apesar de suas intenções, ele sonha que está pescando, reflete sobre assuntos de família, e repassa uma parte do *bridge* da noite anterior etc.<sup>11</sup>

Portanto, o termo *agente* se refere a um aspecto particular de um comportamento da pessoa e não à pessoa em si (ver Figura 2.2).

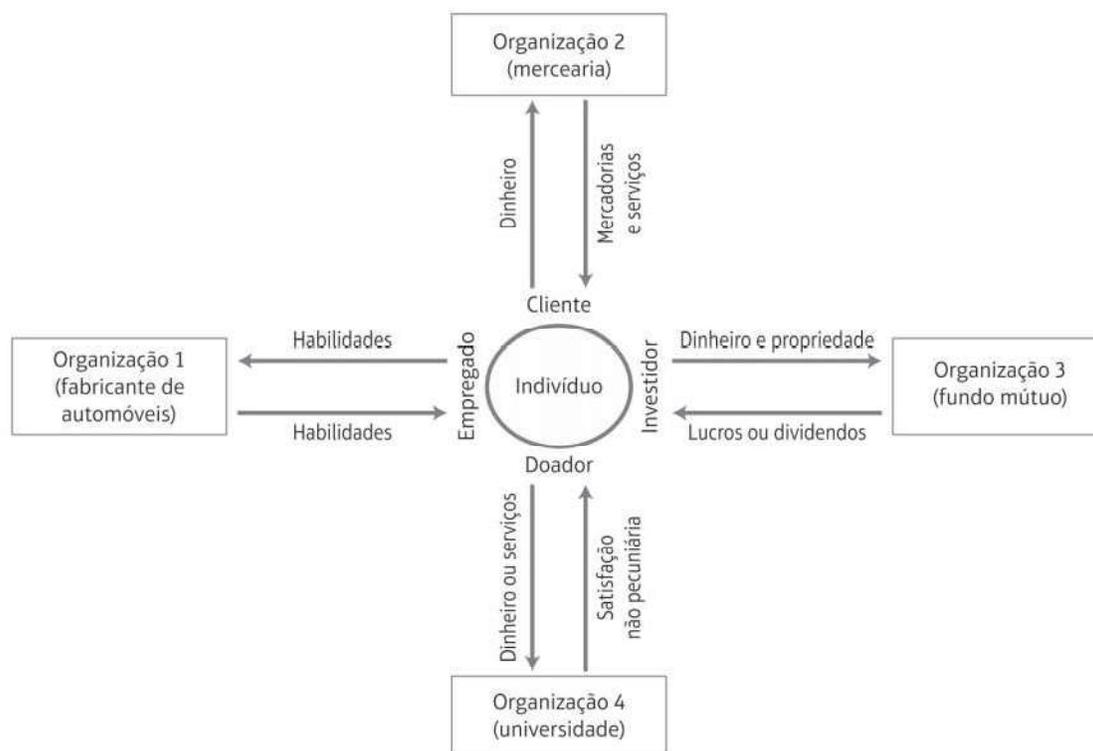


Figura 2.2 Múltiplos papéis de um indivíduo como agente em várias organizações.

Uma firma consiste de um *conjunto de relacionamentos ou de contratos*, explícitos ou implícitos, que vincula seus acionistas, gestores e empregados, e assim por diante, em certos padrões de expectativas e comportamentos. A lacuna entre o conceito de contrato no direito e o conceito leigo de promessa e expectativas mútuas não é tão ampla quanto parece ser. A Texaco pagou diversos bilhões de dólares em danos à Penzoil porque o tribunal constatou que a Texaco tinha interferido por meio de um terceiro na promessa verbal feita à Penzoil. Entretanto, a boa vontade dos tribunais para fazer cumprir os contratos é menor do que o esperado, e certamente fica aquém das impressões populares de tal boa vontade. MacNeil afirma:

Um comprometimento menos do que o total para manter promessas se refletiu em incontáveis maneiras no sistema legal. A mais impressionante é a modéstia de seu compromisso de reparação; contratos de reparação estão geralmente entre os mais fracos entre aqueles que o sistema legal pode oferecer. Mas uma série de doutrinas e técnicas se encontra ainda no caminho dessas reparações: impossibilidade, frustração, erro, interpretação manipulativa, discricionariedade do júri, consideração, ilegalidade, coação, influência indevida, inconsciência, capacidade, regras

de confisco e penalidade, doutrinas de desempenho substancial, divisibilidade, leis de falência, estatutos de fraudes, para nomear alguns; praticamente todas as doutrinas contratuais podem e servem para fazer o comprometimento do sistema legal prometer manter menos do que o esperado.<sup>12</sup>

Uma firma não consiste nos agentes em si. As moléculas que constituem um organismo vêm e vão, mas o padrão de arranjos das moléculas – o organismo – persiste. Similarmen-te, os indivíduos que participam em uma organização vêm e vão, sendo frequentemente substituídos em suas posições por outros com preferências e talentos similares; o padrão de arranjos contratuais que persiste é a firma. É claro, persistência não é permanência; tanto os organismos quanto as organizações podem crescer, transformar-se, reproduzir ou morrer.

O modelo contratual da firma difere do modelo neoclássico nos livros-textos de mi-croeconomia. No modelo neoclássico, a firma é um *ator*, conduzida pelo empreendedor – gestor que tem um objetivo bem definido, normalmente o lucro. Dessa perspectiva, todos os outros agentes econômicos estão fora da empresa. No modelo contratual, a firma em si não é um ator econômico, não tem objetivo ou motivação em si mesma e não é identificável com qualquer agente. Em vez disso, a firma parece uma arena em que agentes econômi-cos automotivados jogam por meio de regras mutuamente acordadas ou implícitas para alcançar seus respectivos objetivos. Esse arranjo em si é rotulado *firma* por conveniência. Uma firma não é uma entidade intencional.

Tirar o propósito do conceito de firma poderia parecer um grande afastamento de Bar-nard e Simon, que enfatizam o propósito das organizações. Entretanto, um exame mais próximo torna claro que a maior parte do que eles chamam propósito organizacional con-siste de propósitos de alguns subconjuntos de agentes participantes da organização, nor-malmente os acionistas, os gestores ou os clientes.<sup>13</sup> Simon reconhece essa arbitrariedade,<sup>14</sup> mas a descarta inteiramente em seu artigo de 1952 e trata todos os agentes simetricamente.

Na teoria-F, um único participante, o empreendedor, é explicitamente tratado como um indivíduo racional. Os demais participantes – os empregados, os clientes, os fornecedores – fazem parte da teoria apenas de maneira implícita e somente como “condições” passivas para as quais o empreendedor se ajusta para encontrar a solução que seja ótima para ele. [...] Na teoria-O, os participantes são normal-mente tratados de uma maneira mais simétrica. A cada participante é oferecido um *estímulo* por sua participação na organização. Através de sua participação, ele faz uma *contribuição* à organização. As contribuições do participante podem ser interpretadas como “fatores”, os estímulos oferecidos a ele como “produtos”.<sup>15</sup>

Cyert e March afirmam:

Em última análise, faz apenas um pouco mais de sentido dizer que a meta de uma organização empresarial é maximizar lucro do que dizer que sua meta é maximizar o salário de Sam Smith, Porteiro.<sup>16</sup>

A maior parte das organizações, entretanto, elabora uma “declaração de objetivos” em seus estatutos. É tentador argumentar tendo por base tais declarações que o objetivo da Corporação Chrysler, por exemplo, é produzir e vender carros para o público. A irrelevância de tais declarações de objetivos para nossos propósitos pode imediatamente ser vista ao se perguntar: A Corporação Chrysler continuaria a produzir carros se todos os agentes participantes sentissem que *cada um deles* estaria melhor se a Chrysler produzisse, digamos, calça jeans?

No modelo contratual, os objetivos se atribuem às pessoas, não às organizações. Quando aplicados às organizações, eles são simplesmente uma descrição da atividade que os participantes concordam em se envolver. Por exemplo, operar um banco de sangue é uma atividade que os agentes participantes da Cruz Vermelha devem concordar por uma variedade de motivações. A declaração de objetivos da Cruz Vermelha, que deve incluir a operação de um banco de sangue, tem pouco poder para explicar o comportamento desses agentes que podem, um dia, decidir abandonar os bancos de sangue em favor de bancos de órgãos ou de serviços ambulatoriais.

Demsetz escreve: “A principal missão da economia neoclássica é entender como o sistema de preços coordena o uso de recursos, não entender o funcionamento interno de firmas reais”.<sup>17</sup> Vamos explorar a utilidade do modelo contratual para entender os funcionamentos internos da firma – isto é, sua contabilidade e seu controle.

## A CONTABILIDADE E A FIRMA

A contabilidade ajuda a implementar e a fazer cumprir os contratos que constituem a firma. A contabilidade desempenha cinco funções que permitem a firma funcionar:

1. Mensura a contribuição de cada agente para o conjunto de recursos da firma.
2. Determina e desembolsa o direito contratual de cada agente.
3. Informa os agentes apropriados sobre a extensão em que outros agentes têm cumprido com suas obrigações contratuais e recebido os seus direitos.
4. Ajuda a manter um mercado líquido para as participações contratuais e para os fatores de produção fornecidos por seus ocupantes, de forma que a renúncia ou a saída de um agente não ameace a existência da firma.
5. Uma vez que os contratos de vários agentes são renegociados periodicamente, a contabilidade oferece um conjunto de conhecimento comum de informações verificadas a todos os participantes para facilitar a negociação e a formação contratual.

Essas cinco funções são fundamentais para o entendimento da natureza da contabilidade. Antes de analisarmos essas funções, duas ressalvas devem ser feitas. A contabilidade é uma das partes necessárias do mecanismo de execução contratual de uma firma.

As outras partes são a jurisprudência, o direito civil e criminal, juntamente com seus sistemas de execução e adjudicação, e as normas socioculturais. Nossa análise é limitada a aspectos contábeis do mecanismo de execução; analisa os sistemas legais e sociais que já estão disponíveis. De fato, a aplicação de métodos da economia para a análise do direito, organizações e sociedade por Coase, Posner, Coleman, Hirschmann e outros forneceu nossa inspiração para uma abordagem similar da contabilidade.<sup>18</sup>

Em certa extensão, uma firma pode escolher a contabilidade tanto quanto o regime legal que se aplica a ela. A forma legal da organização empresarial (direito de propriedade, parceria, cooperativa ou corporação) e a localização do negócio e da incorporação determinam as leis aplicáveis. Os agentes têm alguma liberdade para selecionar o regime contábil sob o qual seu conjunto de contratos opera. Essa sobreposição entre contabilidade e direito é o assunto principal do Capítulo 12.

A contabilidade em si é uma parte do conjunto de contratos que ela ajuda a operar e está sujeita a barganha entre os agentes. Assim como uma mão que alimenta o corpo do qual ela é parte, o funcionamento da contabilidade e do controle de uma firma também é recursivo.

## Mensurando as contribuições

A contabilidade e os controles são desenhados eficientemente para mensurar e registrar os recursos contribuídos pelos agentes e para compará-los com suas obrigações contratuais. Nem todas as contribuições de fatores são igualmente mensuráveis. O custo de mensurá-las com igual precisão pode diferir, e os custos semelhantes de mensuração podem ter diferentes precisões para diferentes recursos. Alguns recursos, como trabalho físico, materiais, mercadorias, equipamento e caixa podem ser mensurados de maneira confiável e barata. Várias partes da contabilidade, tais como os registros de presença, os relógios de ponto, os procedimentos de recebimento de entregas e os registros de caixa mensuram tais contribuições de fatores de maneira rotineira e barata.

A contribuição dos gestores e de certos empregados é mais elusiva. A mensuração direta pode tanto ser muito cara (p. ex., guarda noturno de um banco) quanto simplesmente impossível (p. ex., executivo principal). Os contratos de tais agentes têm de ser tais que possam ser exercidos mesmo sem mensuração precisa de suas contribuições. Um exemplo desse dispositivo é um contrato de autoaplicação. “Em um acordo de autoaplicação cada parte decide unilateralmente se é melhor continuar ou parar sua relação com as outras partes. Ele para se, e somente se, o ganho atual de parar exceder o valor presente esperado de seus ganhos em continuar. Nenhuma parte externa intervém na execução do acordo, para determinar se tem havido violações, para avaliar danos, e para impor penalidades”.<sup>19</sup>

Um contrato de autoaplicação reduz o incentivo do agente para esquivar-se e, desse modo, diminui a necessidade de mensurar diretamente a contribuição do agente. Os principais gestores e auditores externos são exemplos de tais agentes. Nós discutimos seus contratos nos Capítulos 4 e 8, respectivamente. O envolvimento contratual de clientes, forne-

cedores e operários na firma e na contabilidade dessa firma assume formas relativamente simples, uma vez que as suas contribuições e os seus direitos são facilmente mensuráveis. Por outro lado, é uma exceção interessante o envolvimento profundo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos na contabilidade e no controle de seus contratantes com base em custos mais benefícios, provocado pela dificuldade de mensurar os seus direitos. Nós retornaremos a esse tópico no Capítulo 12.

### **Mensurando os direitos**

O conjunto de contratos de uma firma intitula cada participante a receber recursos da firma. A segunda principal função da contabilidade é determinar quem obtém o que. Por exemplo, o sistema contábil deve determinar os salários e os benefícios dos trabalhadores da fábrica como uma função de suas contribuições mensuradas pelo tempo trabalhado ou pela quantidade produzida. As contas a receber, as contas a pagar, os fornecedores, os estoques e os fretes são contas que acompanham os direitos de clientes, fornecedores e outros agentes envolvidos na firma. As contas de empréstimo mensuram os direitos dos credores.

Como mencionado, quando a contribuição de um agente não é facilmente mensurável, os direitos não podem ser determinados por uma função simples da contribuição mensurada. Recompensar um agente com base em uma contribuição mensurável que é muito pouco relacionada à contribuição real, mas não observada, pode induzir a comportamentos que são inaceitáveis para outros agentes contratantes. Isso é verdade especialmente para os principais gestores e auditores. Quando a medida direta da contribuição de um agente é difícil, os direitos ou são fixados *a priori* e, desse modo, independentes da contribuição mensurada, ou são definidos como dependentes de medidas substitutas, tal como alguma medida de produção. O primeiro método é usado para os auditores; uma combinação de ambos os métodos determina a compensação dos principais gestores.

Os acionistas contribuem com capital e assumem riscos. As contribuições em dinheiro são fáceis de mensurar, mas o valor das contribuições em espécie deve ser estimado antes do registro em contas de capital. Os acionistas investem na firma sem a garantia de que irão receber um retorno sobre o investimento.

Os acionistas não assumem *todo* o risco, somente uma parte relativamente grande dele. O risco decorre ou de atos da natureza ou quando um ou mais agentes contratantes se comportam de maneira diferente do que os outros esperavam deles: os clientes podem não voltar a comprar produtos da firma, os empregados podem demandar salários mais altos ou entrar em greve, os gestores podem se mostrar extraordinariamente focados no curto prazo ou incompetentes, e os auditores podem se mostrar negligentes ou deixar de cumprir suas obrigações. Tais desempenhos inesperadamente ruins em relação a qualquer agente drenam o conjunto da riqueza representada pela firma a partir do qual todos os agentes extraem suas ações, de maneira tão inesperada quanto bom desempenho aumenta a riqueza. Alguns agentes podem se proteger das variações de curto prazo no tamanho do conjunto da riqueza, mas cedo ou tarde, todos serão afetados em alguma extensão. Por

exemplo, os clientes se arriscam em não obter peças de reposição, os empregados podem perder seus empregos, os auditores perdem clientes e reputação, e os gestores perdem tanto seus empregos quanto sua reputação.

Talvez a principal diferença entre os acionistas e os outros agentes não seja que os primeiros assumem o risco residual da firma. Os acionistas têm pouca flexibilidade, tendo comprado a ação, para melhorar os termos contratuais com outros agentes e, portanto, para afetar o tamanho total do conjunto da riqueza. (Eles podem, é claro, desfazer-se das ações e baixar os preços, mas eles mesmos acabam assumindo o peso de tal perda de riqueza). Nesse sentido, os detentores de ações, como uma classe, são quase que completamente *comprometidos* com relação a esse conjunto de contratos e são, portanto, passivos transeuntes depois que a emissão primária das ações é finalizada. Esse recurso de comprometimento, ou a renúncia ao direito de periodicamente recontratar, é combinado com o direito de escolher os gestores. Esses aspectos do contrato dos acionistas os distinguem de todos os demais agentes.

O comprometimento de capital pelos acionistas é vinculado ao seu *status* como reclamantes residuais. Dado o tamanho do conjunto total da riqueza da firma, e  $n$  tipos de agentes, no máximo,  $n - 1$  direitos podem ser definidos de maneira independente. O  $n$ -ésimo direito é determinado pelo primeiro  $n - 1$ , e não está diretamente ligado à contribuição correspondente. Essa falta de uma ligação direta entre a contribuição e o direito, necessária porque há somente  $n - 1$  graus de liberdade na alocação de riqueza a  $n$  agentes, é aceita pelo grupo de acionistas como um *quid pro quo* por direitos de toda a riqueza residual. O registro em partidas dobradas é desenhado para mensurar o direito dos acionistas como um residual. Uma vez que o direito dos acionistas *como um grupo* tenha sido determinado, a alocação desse direito entre os acionistas individuais é proporcional à sua contribuição.

## A distribuição de informação sobre o cumprimento do contrato

Os agentes querem saber se eles estão recebendo ou receberam o que eles contrataram. Alguns agentes conhecem as suas contribuições e os seus direitos sem a ajuda do sistema contábil da firma, especialmente, se os seus direitos são independentes dos outros. Os credores, os fornecedores e os clientes são exemplos de tais agentes. Eles estão interessados na contabilidade e no controle da firma para ajudar a minimizar e prontamente resolver qualquer disputa através da provisão de informação compartilhada. A preparação de notas fiscais, recibos e outros documentos auxilia liquidações eficientes.

Outros agentes, tais como trabalhadores por hora ou por semana, e muitos empregados assalariados frequentemente dependem da contabilidade e do controle para mensurar as suas contribuições e os seus direitos, mesmo que os seus direitos sejam amplamente independentes das contribuições e dos direitos dos outros. O sistema de folha de pagamento contábil oferece dados suficientes para esses interessados na precisão das contas. Eles também estão interessados no desempenho financeiro global da firma porque esse

desempenho determina a probabilidade de permanecerem no emprego. Dados financeiros tornam-se especialmente importantes quando um contrato de trabalho é renegociado.

Não é de surpreender que os acionistas, agentes que dependem das contribuições e dos direitos de outros agentes para a determinação de seus próprios direitos, exibam forte interesse em garantir que os demais cumpram com seus contratos. A contabilidade é desenhada eficientemente para oferecer aos acionistas informações sobre o cumprimento dos contratos por outros agentes. A maior parte do sistema de contabilidade de custos, que inclui custeio por ordem de produção ou por processo, alocação de custos, preço de transferência e orçamento, é desenhada para capacitar os gestores em uma firma descentralizada a avaliar o cumprimento dos contratos por outros gestores em níveis mais baixos na hierarquia da organização. A contabilidade também capacita os principais gestores a determinar se eles mesmos têm recebido a compensação devida a eles.

Os acionistas não são obrigados a contribuir com mais recursos. Entretanto, os credores usam o sistema contábil para monitorar se os acionistas retiram mais recursos do que o devido contratualmente na forma de dividendos ou de recompra de ações. Os próprios acionistas, estando mais vulneráveis a retiradas em excesso por outros agentes, usam a contabilidade e o controle para monitorar, através do corpo de diretores e com a ajuda de auditores independentes, que a alta gerência não retire mais do que lhe é devido e que mereça o que ela recebe.

Finalmente, a contabilidade e o controle dos clientes, que são o objeto de verificação dos auditores, não podem, em princípio, ser o instrumento para determinar se os auditores têm cumprido seus contratos. Portanto, as taxas de auditoria são estabelecidas fora do sistema de contabilidade da firma, e a verificação da sua contribuição é regida por leis sobre a responsabilidade dos auditores. Críticos à estrutura atual da indústria de auditoria frequentemente contestam o fato de os auditores serem mantidos para recrutamento de gestores e para a prestação de outros serviços de consultoria. Na medida em que a informação e a receita relacionada a serviços de auditoria e de não auditoria são interdependentes, a venda de ambos os tipos de serviços do auditor ao cliente contamina os incentivos do auditor e diminui a eficácia da auditoria independente. O Capítulo 8 inclui uma discussão mais detalhada sobre a indústria de auditoria.

## **A liquidez dos mercados para as participações contratuais**

Os indivíduos ou os grupos que possuem participações contratuais em uma firma ocasionalmente desejam desocupar suas posições. Se a lei e os contratos existentes permitirem, eles vendem suas participações a outros agentes que possam estar interessados em aceitar ou em renegociar os termos do contrato associados àquela participação. Ainda que as posições de acionistas e de credores em uma firma sejam facilmente capitalizadas e frequentemente vendidas, elas não são as únicas. Os contratos exclusivos para fornecimento de mercadorias e de serviços a uma firma podem algumas vezes ser vendidos a outros fornecedores. Os contratos exclusivos para compra de mercadorias e serviços de

uma firma, denominados de *distribuidores*, são também vendidos. Mesmo as posições de altos executivos podem ser “vendidas” – em uma fusão corporativa negociada, os altos executivos da corporação adquirida recebem algumas vezes “*golden parachutes*”,<sup>i</sup> que são bônus financeiros para abandonarem suas posições. Se o valor capitalizado da participação for negativo, o agente terá que *pagar* um preço. Por exemplo, a Corporação Westinghouse Electric realizou uma compra a si mesma por fora dos contratos de longo prazo para fornecimento de energia nuclear a certas concessionárias de energia elétrica, pelo qual teve que pagar centenas de milhões de dólares.

Os proprietários de participações contratuais negociáveis têm um interesse em criar e manter um mercado líquido para elas. As firmas distribuem informações sobre os direitos, as obrigações e o registro de lucratividade de cada participação a potenciais compradores. O medo de manipulação ou de liberação seletiva de informação pode fazer com que os potenciais compradores se tornem céticos quanto à confiabilidade de tais informações. Arrow sugere que a distribuição assimétrica de informações diminui a eficiência dos resultados dos mercados.<sup>20</sup> Para atrair novos agentes contratantes, as firmas liberam informações contábeis auditadas sobre o desempenho passado. Elas devem ainda incluir suas avaliações sobre as expectativas futuras de participações de acionistas e de credores na firma para os potenciais entrantes.

Tais informações sobre as expectativas futuras podem ser para sua própria utilidade. Williamson utiliza a expressão *informação impactante* para descrever uma “condição derivativa que decorre principalmente da incerteza e do oportunismo”.<sup>21</sup> Ele sugere que “a razão pela qual os agentes externos não estão em igualdade com os agentes internos é normalmente porque os agentes externos não possuem experiência específica em relação à firma, específica em relação à tarefa, ou específica em relação à transação. Tal experiência é um recurso valioso e pode ser usada de maneiras estratégicas por aqueles que, sendo premiados com contratos iniciais, adquiriram-na”.<sup>22</sup> Somente a informação verificável pode ser *efetivamente* comunicada a potenciais compradores.

Ainda que os ocupantes atuais das participações contratuais na firma não possam vendê-las, eles frequentemente têm um interesse em fazer com que suas contribuições para a firma sejam conhecidas por outros potenciais compradores dos recursos que eles têm a oferecer. A “livre” distribuição de informação contábil de uma firma para agentes não participantes é particularmente importante para fornecedores de habilidades que são difíceis de mensurar. Gestores, auditores ou consultores carregam a maior parte de suas capacidades de lucro na forma de reputação e estão, portanto, interessados em vários aspectos do sistema contábil que ajudam a criar um mercado para os seus serviços.

Finalmente, um agente interessado em deixar a firma não é o único interessado em criar um mercado para essas participações. Todos os demais participantes na firma estão também interessados em prontamente ocupar uma participação desocupada se o fato de

---

<sup>i</sup> Trata-se de um acordo entre uma firma e um empregado, normalmente de alta gerência, especificando que o empregado receberá determinados benefícios em caso de encerramento do contrato. (N.T.).

deixá-la desocupada reduz o seu bem-estar. Realmente, a maior parte do risco de participação em uma firma surge da partida inesperada de coparticipantes. A partida de clientes reduz as vendas, a partida de empregados reduz a produção, a partida de gestores reduz a eficiência, e a partida de auditores reduz a credibilidade da contabilidade e do controle. Os agentes remanescentes são adversamente afetados se as participações desocupadas não supérfluas não forem preenchidas. A reestruturação corporativa, uma prática popular nos EUA no meio da década de 1990, objetiva a redução de força de trabalho e de instalações excessivas. Em mãos amadoras, a faca pode cortar a carne juntamente com a gordura, matando o paciente.

É do interesse dos participantes criar e manter um mercado líquido para as contribuições de que a firma necessita. A contabilidade e o controle são designados, em parte, para ajudar a criar tais mercados para capital próprio e de terceiros, habilidades gerenciais e de outros indivíduos, equipamento, materiais e abastecimento, produtos e serviços. A contabilidade ajuda a criar mercados seguros assim como a recrutar gestores e engenheiros, e ela garante a fornecedores e clientes que a firma é um parceiro de negócios confiável. Uma parte substancial dos números impressos de relatórios anuais de grandes corporações de capital aberto é distribuída para agentes não participantes. W. R. Grace, por exemplo, imprime quatro vezes mais relatórios anuais do que sua quantidade de acionistas, além de divulgar o relatório em publicações financeiras.<sup>23</sup> A importância do papel desempenhado por analistas financeiros, a imprensa de negócios e os outros intermediários da informação contábil, é explicada pela ajuda que eles oferecem em manter a liquidez dos mercados para os insumos e os produtos da firma.

## **O conhecimento comum para a renegociação de contratos**

A duração dos contratos individuais em uma firma varia no tempo assim como no número de transações cobertas. Um contrato para compra ou venda poderia ser uma negociação que irá ocorrer apenas uma vez ou um compromisso de longo prazo. O mesmo é verdade para os empregados e para os empréstimos. O contrato de auditoria é normalmente negociado a cada ano. Com a exceção dos acionistas, cujo compromisso está em aberto, todos os contratos são periodicamente negociados.

A quinta função da contabilidade é oferecer informação na forma de conhecimento comum para facilitar a renegociação de contratos entre os participantes atuais. Embora os agentes possam também utilizar informação privada adicional, a disponibilidade de uma base de dados comum e verificável ajuda a eliminar certos tipos de barganhas estratégicas que podem fazer com que alguns participantes piorem sem melhorar a participação dos demais.

A prática de renovação negociada de contratos é uma solução intermediária entre (1) iniciar uma procura do ponto zero por participantes potenciais no mercado apropriado para aquele recurso ao final de cada transação e (2) assumir contratos amplos de longo prazo ou permanentes. A incerteza, o ambiente dinâmico e a limitação na capacidade humana

de fazer previsões excluem contratos amplos de longo prazo ou rígidos.<sup>24</sup> A magnitude dos custos incrementais de conduzir transações frequentes em muitos mercados torna a primeira opção não econômica. Além disso, os participantes de uma firma aprendem sobre as condições, as tarefas e as técnicas locais de suas experiências passadas em suas participações contratuais. Sua eficiência crescente os torna atrativos para outros participantes que querem retê-los no conjunto de contratos. Entretanto, o conhecimento especial que um agente adquire sobre o trabalho não está disponível, seja para outros gestores que querem negociar o contrato do agente em nome da firma, seja para os potenciais substitutos do agente tirados do mercado apropriado. Os participantes existentes procuram explorar esse conhecimento especial ao demandar uma parcela maior dos recursos. A competição entre tais participantes reduz a habilidade que eles têm em aumentarem suas remunerações. Mas a negociação da renovação de contratos pode resultar em conflitos prolongados.

O tema básico de que a eficiência das relações econômicas depende da habilidade dos agentes em renovar contratos ao ajustá-los ao ambiente dinâmico está presente em toda a economia. Commons enfatizou o papel das organizações em promover a continuidade de relacionamentos ao reduzir conflitos reais ou potenciais.<sup>25</sup> Hayek insistiu na importância de adaptação rápida a mudanças em “circunstâncias particulares de tempo e de espaço”.<sup>26</sup> Arrow analisou a importância de minimizar o custo de barganha entre os agentes nas organizações.<sup>27</sup>

Wiggins e Libecap oferecem uma ilustração dramática de quão grandes podem ser as perdas para o bem-estar social quando uma distribuição assimétrica de informação impede que os agentes econômicos cheguem a arranjos mutuamente benéficos.<sup>28</sup> Os proprietários de arrendamentos que cobrem uma simples piscina subterrânea podem extrair petróleo e gás de maneira independente, ou podem formar uma parceria e operar o campo como uma única unidade. A unificação dos contratos de arrendamentos de campos de petróleo resulta em grandes ganhos, quase em 100% ou 200%, no valor dos hidrocarbonetos extraídos. Entretanto, para a maioria dos campos de petróleo nos Estados Unidos, os proprietários de arrendamentos são incapazes de concluir negociações para a unificação de seus contratos de arrendamento. A extração de petróleo dos poços arrendados operados independentemente conduz à utilização ineficiente das pressões subterrâneas de gás para extrair o petróleo e reduz o alcance de extração secundária. Essa perda frequentemente resulta em centenas de milhões de dólares. Entretanto, uma vez que os proprietários de arrendamentos e seus engenheiros têm melhor informação sobre o valor de seus próprios arrendamentos em relação ao valor de outros arrendamentos, as negociações normalmente desmoronam, porque as partes falham em concordar sobre as participações relativas dos lucros líquidos da operação unificada do campo. É interessante notar que os mesmos proprietários de arrendamentos aparentemente não têm dificuldades em compartilhar o custo de perfuração exploratória em extensões de terrenos arrendados vizinhos, porque não há assimetria de informação naquele estágio de negociação. A maior parte da unificação que acontece nos Estados Unidos ocorre durante a fase secundária de recuperação dos campos de petróleo. Nesse momento, a maior parte da informação sobre as características relevantes de vários arrendamentos já se tornou de domínio público, e torna-se mais fácil chegar a um acordo.

A contabilidade inclui alguns pré-compromissos para reduzir as assimetrias de informação entre as partes contratantes ao compartilhar uma base comum de informação na forma de evidenciação para os usuários externos. As demonstrações financeiras para usuários externos, a evidenciação de políticas contábeis e os detalhes significativos em notas de rodapé, a análise gerencial de demonstrações e de resultados financeiros, e mesmo as previsões financeiras, têm o efeito de reduzir surpresas no momento da renegociação contratual. As perdas para a sociedade decorrentes de tais surpresas e as atitudes de confrontação que elas produzem podem ser tão grandes e ter efeitos tão significativos que a legislação sobre valores mobiliários nos Estados Unidos, e em muitos outros países, requer a evidenciação a usuários externos pelas firmas de capital aberto. Na última metade do século XIX, os reguladores estaduais nos Estados Unidos usaram a evidenciação a usuários externos como um instrumento para reduzir a confrontação entre ferrovias e uma população desconfiada.<sup>29</sup>

Para aqueles que requerem informação, a evidenciação para usuários internos é considerada insuficiente. Se a informação estiver disponível somente de maneira privada, muitos agentes podem ter razão em duvidar que os outros tenham recebido a informação e, portanto, devem ser tentados a se comportar estrategicamente.<sup>30</sup> As leis de evidenciação para usuários externos diminuem tais comportamentos ao tornar as demonstrações financeiras de conhecimento comum.

## A CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS FORMAS ORGANIZACIONAIS E CONTÁBEIS

A contabilidade se adapta ao tamanho e à forma da organização ou ao conjunto de contratos que ela serve. Para ilustrar esse ponto, considere três formas estilizadas de organizações empresariais e o tipo de contabilidade que serve cada forma.

### A escrituração (*bookkeeping*)

A mercearia da esquina ou a barraca de frutas, operada por seu proprietário com pouca ou nenhuma ajuda de terceiros, é uma organização empresarial elementar. O proprietário deve usar economias pessoais ou deve buscar empréstimos para financiar a operação, e deve alugar as instalações e comprar a prazo diariamente ou semanalmente de atacadistas e vender a vista para os clientes. Poucos desses agentes, além dos agentes tributários e, talvez, os credores da mercearia, dependem das contas do comerciante para realizar trocas com a firma. A maior parte do esforço contábil do comerciante está em registrar as transações para apoiar a memória. Muito desse esforço poderia ser dispensado caso o comerciante tivesse uma memória melhor. Essa forma de organização empresarial, sem hierarquia gerencial e com um interesse residual de capital fechado, é a mais velha e, ainda hoje, a mais numerosa. A contabilidade que serve tal tipo de organização, principalmente

como um registro para ajudar à memória e à organização conveniente dos dados, tem sido desde longa data reconhecida como escrituração. Esse é o modelo clássico de contabilidade.

## **A contabilidade gerencial**

Se a mercearia cresce até o comerciante não poder mais desempenhar todo o trabalho gerencial sozinho, uma segunda forma organizacional vem a se formar. O interesse residual em tal firma ainda é de capital fechado, mas ele é descentralizado e tem uma hierarquia gerencial. Os problemas contábeis a serem solucionados em tal organização são mais complexos. O papel de apoio à memória da escrituração clássica ainda é necessário, mas não suficiente. A contribuição dos gestores não pode ser mensurada diretamente. Um sistema mais complexo é desenhado para avaliar e para controlar o desempenho de tais agentes na firma. Orçamentos, preços de transferência e alocações de custos e receitas entre departamentos e períodos são alguns dos dispositivos usados para esse propósito em tais organizações. Note que essas ferramentas de contabilidade gerencial são raramente usadas ou úteis em um pequeno comércio familiar. Essa forma mais complexa de contabilidade pode ser rotulada de contabilidade gerencial ou modelo de gestão. Ela inclui a escrituração como um componente importante.

## **Os relatórios financeiros**

Finalmente, considere uma terceira firma que é descentralizada internamente e em que o número de acionistas tornou-se grande de forma que já não é mais possível para eles realizar um controle direto sobre as atividades dos gestores. Nesse estágio, o sistema da firma se expande para o modelo de relatórios financeiros. Seja em razão da difusão da propriedade, seja em razão da heterogeneidade de interesses entre os agentes não gestores, os agentes acham que vale a pena pagar pelos serviços de um auditor independente para verificar a informação fornecida pela gerência. A demanda que bancos e outros credores fazem por relatórios auditados é um exemplo desse último fenômeno.<sup>31</sup> A presença de terceiros para atestar a veracidade da informação produzida pela gestão caracteriza o modelo de relatório financeiro. A contabilidade financeira sempre inclui a escrituração e quase sempre inclui a contabilidade gerencial, dependendo do nível de descentralização interna.

As distinções entre escrituração e contabilidade, e entre contabilidade financeira e gerencial, têm sido por longo tempo um assunto de discussão entre os contadores. A escrituração é considerada como processual e mecânica, enquanto a contabilidade é baseada em julgamento ou discricionariedade. A contabilidade gerencial e financeira é diferenciada, tendo por base o uso interno e externo dos dados fornecidas por ela. Tais distinções tornaram-se profundamente arraigadas na organização do currículo e dos livros-textos contábeis.

De maneira diferente, a correspondência entre as diversas formas de contabilidade e as organizações não divide a contabilidade de uma firma em diversas partes. Ao invés,

ela relaciona o sistema inteiro de contabilidade à forma organizacional. Os estudiosos de contabilidade têm desde muito tempo reconhecido e analisado essa conexão. Hatfield reconheceu a separação de propriedade e de controle e a difusão de propriedade como os dois importantes pontos de ruptura nas formas organizacionais que direcionam a contabilidade.<sup>32</sup> Yamey traçou a evolução histórica das formas organizacionais e de contabilidade.<sup>33</sup> Skinner também identificou uma correspondência similar entre formas organizacionais e de contabilidade.<sup>34</sup> Littleton descreveu esse relacionamento da seguinte maneira:

A contabilidade tem sempre sido principalmente uma ferramenta de serviço da gestão empresarial. Os bons costumes estão claramente envolvidos aqui. Enquanto um proprietário-operador era a única pessoa interessada, a contabilidade somente poderia ser eficaz de uma maneira muito privada e pessoal. Se ocorresse um engano, seria um autoengano, exceto, é claro, nos casos em que um escriturador com o objetivo de manipular tentasse falsificar os registros. Nos casos em que os sócios operam um negócio, passa a existir uma necessidade por um registro factual em relação ao qual certas diferenças de opinião possam se referir. A contabilidade, entretanto, ainda seria um serviço pessoal, ainda que possa se dizer que um sócio teria mais oportunidade que um escriturador para falsificar os fatos em uma imagem enganosa. Quando pensamos na responsabilidade limitada que as organizações têm hoje, com gestores contratados e grande número de acionistas ausentes, torna-se evidente que o escopo de moral da contabilidade se expandiu vastamente. Muitas pessoas, totalmente fora de contato com os aspectos físicos da operação do empreendimento, dependem de representações futuras das ações gerenciais, dos resultados das ações e das possibilidades para ações futuras. Quando o tamanho do empreendimento aumenta e a distância entre os proprietários-credores e os gestores operacionais se torna maior, as oportunidades se expandem para a prática de fraude por pessoas de autoridade.<sup>35</sup>

## RESUMO

Cada organização desenvolve a contabilidade que for adequada às suas características únicas, de modo que ela deve servir como um instrumento efetivo de controle. Em pequenas firmas empresariais, a função de controle é mais bem servida pela escrituração; em firmas descentralizadas com propriedade restrita, pela contabilidade gerencial; e em firmas descentralizadas com propriedade difusa, pela contabilidade financeira. A teoria de contratos da contabilidade e do controle ajuda-nos a integrar essa variedade de formas organizacionais e contábeis em uma estrutura unificada.

A contabilidade permite que os contratos funcionem. A contabilidade afeta os agentes e é um tema de negociação e barganha entre eles. A escolha pela contabilidade é uma parte dos contratos que ela ajuda a implementar. A forma contratual que vincula cada agente à firma depende das características dos recursos que o agente contribui e recebe. A forma contratual, por sua vez, determina o interesse do agente em vários aspectos da

contabilidade da firma. Nos seis capítulos da Parte II, nós enfatizamos as diferenças entre três importantes tipos de agentes – os gestores, os investidores e os auditores. A atenção muda para questões considerando o sistema como um todo nos cinco capítulos da Parte III.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ainda que essa ideia possa ser relacionada à Ripley, Veblen e até a Adam Smith, Berle e Means desenvolveram os argumentos mais eficazes. George J. Stigler e Claire Friedland discutiram a literatura prévia em “The Literature of Economics: The Case of Berle and Means.” *Journal of Law and Economics*, v. 26 (June 1983), p. 237-268. Ver também William Z. Ripley, *Main Street and Wall Street* (Boston: Little Brown & Co., 1927); Thorstein Veblen, *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times* (New York: B.W. Huebsch, Inc., 1923), e Adam Smith, *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (London, 1776). Ver também A. A. Berle e G. C. Means, *The Modern Corporation and Private Property* (New York: Commerce Clearing House, 1932; Macmillan, 1983).

<sup>2</sup> Ronald H. Coase, “The Nature of the Firm,” *Economica*, New series, v. 4 (November 1937), p. 386-405.

<sup>3</sup> Steven N. S. Cheung, “The Contractual Nature of the Firm,” *Journal of Law and Economics*, v. 26 (April 1983), p. 1-21.

<sup>4</sup> Chester I. Barnard, *The Functions of the Executive*, 30th anniversary ed. (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968), p. 73.

<sup>5</sup> W. W. Cooper, “A Proposal for Extending the Theory of the Firm,” *Quarterly Journal of Economics*, v. 65 (1951), p. 87-109.

<sup>6</sup> Herbert A. Simon, *Administrative Behavior* (New York: Macmillan, 1947); e “A Comparison of Organization Theories,” *Review of Economic Studies*, v. 20 (1952-53), p. 40-48.

<sup>7</sup> See R. M. Cyert e J. G. March, *A Behavioral Theory of the Firm*, 2nd ed. (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1992).

<sup>8</sup> Armen A. Alchian e Harold Demsetz, “Production, Information Costs and Economic Organization”, *The American Economic Review*, v. 62, nº 5 (December 1972), p. 777-795; Oliver E. Williamson, *The Economics of Discretionary Behavior: Management Objectives in a Theory of the Firm* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1964), *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications* (New York: Free Press, 1975), *The Economic Institutions of Capitalism* (New York: Free Press, 1985), *Organization Theory: From Chester Barnard to Present and Beyond* (New York: Oxford University Press, 1990); Michael C. Jensen e William H. Meckling, “Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure”, *Journal of Financial Economics*, v. 3, nº 4 (October 1976), pp. 305-360; Eugene F. Fama e Michael C. Jensen, “Separation of Ownership and Control”, *Journal of Law and Economics*, v. 26 (June 1983), p. 301-325; e Terry M. Moe, “The New Economics of Organization”, *American Journal of Political Science* (November 1984), p. 739-777.

<sup>9</sup> Ver Barnard; ver Simon.

<sup>10</sup> A. A. Berle e G. C. Means, *The Modern Corporation and Private Property* (New York: Commerce Clearing House, 1932; Macmillan, 1983); and Michael C. Jensen e William H. Meckling, “Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure”, *Journal of Financial Economics*, v. 3, nº 4 (October 1976), p. 305-360.

<sup>11</sup> Barnard, 1938 ed., p. 71-72.

- <sup>12</sup> I. R. Macneil, “The Many Futures of Contracts”, *Southern California Law Review*, v. 47 (May 1974), p. 691-816.
- <sup>13</sup> Barnard; e Simon.
- <sup>14</sup> Simon, p. 113.
- <sup>15</sup> *Ibidem*, p. 41.
- <sup>16</sup> Cyert e March, p. 34.
- <sup>17</sup> Harold Demsetz, “The Structure of Ownership and the Theory of the Firm”, *Journal of Law and Economics*, v. 26 (June 1983), p. 377.
- <sup>18</sup> Ver Ronald H. Coase, “The Problem of Social Cost”, *Journal of Law and Economics*, v. 3 (October 1960), p. 1-44; R. B. Posner, *Economic Analysis of Law* (Boston: Little Brown & Co., 1972); James S. Coleman, *The Asymmetric Society* (Syracuse, N.Y.: Syracuse University Press, 1982); e B. Hirschmann, *Exit, Voice, and Loyalty* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970).
- <sup>19</sup> Lester Telser, “A Theory of Self-enforcing Agreements”, *Journal of Business*, v. 53 (1981), p. 27.
- <sup>20</sup> Kenneth J. Arrow, “The Organization of Economic Activity”, *The Analysis and Evaluation of Public Expenditure: The PPB System*. Joint Economic Committee, 91st Congress, first session, 1969, p. 59-73.
- <sup>21</sup> Oliver E. Williamson, *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications* (New York: Free Press, 1975), p. 31.
- <sup>22</sup> *Ibidem*.
- <sup>23</sup> Peter Verrengia e Roberta Reynes, “Hello and Good Buys”, *Management Focus* (PPM) (July-August 1984), p. 14.
- <sup>24</sup> Ver Simon (1947), sobre a racionalidade limitada, e Roy Radner (1978), sobre a inviabilidade de contratos abrangentes. Williamson (1975, 1985) constrói detalhadamente o caso de contratos incompletos e renováveis como uma característica das organizações.
- <sup>25</sup> John R. Commons, *Institutional Economics* (Madison: University of Wisconsin Press, 1934).
- <sup>26</sup> F. A. Fayek, “The Use of Knowledge in Society”, *American Economic Review*, v. 35 (September 1945), p. 519-530.
- <sup>27</sup> See John R. Commons, *Institutional Economics* (Madison: University of Wisconsin Press, 1934); F. A. Hayek, “The Use of Knowledge in Society”, *American Economic Review*, v. 35 (September 1945), p. 519-530; e Kenneth J. Arrow, *The Limits of Organization* (New York: W. W. Norton and Company, Inc., 1974).
- <sup>28</sup> Steven N. Wiggins e Gary D. Libecap, “Oil Field Utilization: Contractual Failure in the Presence of Imperfect Information”, *American Economic Review*, v. 75, nº 3 (June 1985), p. 368-385.
- <sup>29</sup> Hidetoshi Yamaji, Kaikei Jouhou Koukai Ron, *Theory of Accounting Information Disclosure* (Kobe: The Research Institute for Economics and Business Administration, Kobe University, 1983); e “Modern Functions of Accounting Information Disclosure”, em Yuji Ijiri e Isao Nakano, eds. *Business Behavior and Information* (Pittsburgh: Carnegie Mellon University Press, 1992).
- <sup>30</sup> Amin Amershi e Shyam Sunder, “Failure of an Efficient Market to Discipline Managers in a Rational Expectations Economy”, *Journal of Accounting Research* (Autumn 1987), p. 177-195, fornecem um exemplo da alocação de recursos abaixo do ideal quando a suposição de conhecimento comum está enfraquecida. Comportamento estratégico significa agir em seu próprio interesse, depois de considerar de que maneira os outros poderiam se comportar em uma determinada situação.

<sup>31</sup> George J. Benston, *Corporate Financial Disclosure in the UK and the USA* (Lexington, Mass.: Lexington Books, 1976).

<sup>32</sup> Henry Rand Hatfield, "An Historical Defense of Bookkeeping", *Journal of Accountancy*, v. 34, nº 4 (April 1924), p. 241-253, reprinted in W. T. Baxter and Sidney Davidson, eds., *Studies in Accounting* (London: Institute of Chartered Accountants in England and Wales, 1977).

<sup>33</sup> B. S. Yamey, "Some Topics in the History of Financial Accounting in England, 1500-1900", em W. T. Baxter e Sidney Davidson, eds., *Studies in Accounting* (London: Institute of Chartered Accountants in England and Wales, 1977).

<sup>34</sup> R. M. Skinner, *Accounting Principles: A Canadian Viewpoint* (Toronto: Canadian Institute of Chartered Accountants, 1972).

<sup>35</sup> A. C. Littleton, *Structure of Accounting Theory* (Sarasota, Fla.: American Accounting Association, 1953).

## LEITURA ADICIONAL

Anderson, Gary M., and Robert D. Tollison. "Adam Smith's Analysis of Joint-Stock Companies". *Journal of Political Economy*, v. 90 (1982), p. 234-260.

Aumann, Robert J. "Agreeing to Disagree". *The Annals of Statistics*, v. 4, nº 6 (1976), p. 1236-1239.

Baiman, Stanley. "Agency Research in Managerial Accounting: A Survey." *Journal of Accounting Literature*, v. 1 (1982), p. 154-213.

Butterworth, John E., Michael Gibbins, and Raymond D. King. "The Structure of Accounting Theory: Some Basic Conceptual and Methodological Issues". In Sanjoy Basu and J. Alex Milburn, ed., *Research to Support Standard Setting in Financial Accounting: A Canadian Perspective*. Toronto: Clarkson Gordon Foundation, 1982.

Demski, Joel S., and David E. Sappington. "Sourcing with Unverifiable Performance Information". *Journal of Accounting Research*, v. 31, nº 1 (Spring 1993), p. 1-20.

Dye, Ronald. "Optimal Length of Contracts". *International Economic Review* (1985).

Eldenburg, Leslie, and Naomi Soderstrom. "Accounting System Management by Hospitals in a Changing Regulatory Environment". *Accounting Review*, v. 71, nº 1 (January 1996), p. 23-42.

Fama, Eugene F. "Agency Problems and the Theory of the Firm". *Journal of Political Economy*, v. 88, nº 2 (April 1980), p. 288-307.

Hart, Oliver, and B. Holmstrom. "A Theory of Contracts". In T. Bewley, ed., *Advances in Economic Theory*, Cambridge, England: Cambridge University Press, 1987.

Hermalin, B. *Adverse Selection and Contract Length*. Mimeo, Massachusetts Institute of Technology, 1986.

Gjesdal, F. "Accounting for Stewardship". *Journal of Accounting Research*, v. 19 (Spring 1981): p. 208-231.

Liberty, Susan E., and Jerold L. Zimmerman. "Labor Union Contract Negotiations and Accounting Choices". *Accounting Review*, v. 61, nº 4 (October 1986), p. 692-712.

Milgrom, P., and John Roberts. *Economics, Organizations & Management*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1992.

Perrow, C. *Complex Organizations: A Critical Essay*. New York: Random House, 1986.

Simon, Herbert A. "A Formal Theory of Employment Relationship". *Econometrica*, v. 19 (1951), p. 293-305. Tirole, J. "Hierarchies and Bureaucracies: On the Role of Collusion in Organizations". *Journal of Law, Economics, and Organization*, v. 2 (Fall 1986): p. 181-214.

Tirole, J. *The Theory of Industrial Organization*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

## EXERCÍCIOS E PROBLEMAS

1. O que você entende por separação de propriedade e controle? Quais são as diferenças entre o problema enfrentado por um proprietário que conduz o seu negócio e um proprietário que contrata um gestor para conduzir o negócio?
2. "Para o propósito de entender a contabilidade, cada firma pode ser vista como um conjunto de contratos entre agentes racionais." Analise e critique essa afirmação.
3. Considere uma firma empresarial, identifique três tipos de participantes, os recursos com os quais contribui e os seus estímulos para contribuir, e apresente as condições sob as quais cada um dos agentes irá e não irá participar da firma.
4. Prepare uma lista de organizações das quais você participa. Para cada participação, identifique o que você contribui para a organização, o que você obtém da organização e a razão de você continuar a participar em cada organização.
5. "Uma promessa deve ser escrita de maneira a ser executável como um contrato." Comente.
6. Como você responderia à questão: "Qual é o objetivo de uma firma empresarial?" Essa é uma questão consistente com a visão da firma como um conjunto de contratos entre indivíduos que perseguem seus objetivos pessoais?
7. Considere a organização e os participantes que você listou na Questão 3. Para cada agente, identifique a parte da contabilidade e do sistema de controle da organização que mensura as suas contribuições de recursos para a organização. Você consegue pensar em maneiras de melhorar esse processo de mensuração?
8. Considere a organização e os participantes que você listou nas Questões 3 e 7. Para cada agente, identifique a parte da contabilidade e do sistema de controle da organização que mensura os recursos que ela ou ele recebe da organização. Você consegue pensar em maneiras de melhorar esse processo de mensuração?
9. Considere a organização e os participantes que você listou nas Questões 3, 7 e 8. Para cada agente, identifique a parte da contabilidade e do sistema de controle da organização que determina o nível em que cada agente tem cumprido com o seu contrato. Qual(is) participante(s) na organização recebe(m) essa informação sobre o cumprimento do contrato?

10. Quais são as consequências para os outros quando um participante na organização decide desistir de sua participação contratual na organização? O que as organizações fazem para se proteger em tais eventos?
11. O que é “conhecimento comum”? Explique qualquer relevância que ele deva ter para a contabilidade.
12. Quais são as consequências de um impasse de negociação entre os participantes de uma organização? Qual é o papel da contabilidade em reduzir a probabilidade de ocorrência de tais impasses?
13. Qual é a forma da contabilidade que atende à função de controle em um pequeno negócio (p. ex., mercearia) conduzido por uma família?
14. Qual é a forma da contabilidade que atende à função de controle em uma grande corporação multinacional? Como essa contabilidade e esse sistema de controle diferem do sistema usado para o pequeno negócio?
15. “Esperar que uma única contabilidade e um único sistema de controle sirvam às necessidades de todos os tipos de organizações é tão razoável quanto esperar que um único sistema de encanamento ou de fiação elétrica sirva à necessidade de todos os tipos de construções.” Comente.